



Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro
Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)
Vanilda Rosângela de Souza
vanilda.souza@sysflor.com.br

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DO MANEJO FLORESTAL E DA CADEIA DE CUSTÓDIA DESDE A FLORESTA ATÉ A SAÍDA DO PRODUTO DA EMPRESA

Suzano S.A.

Unidade Imperatriz, MA

SYS-FM/CERFLOR-0001

Avenida Newton Bello s/n, Bairro Santa Rita (Estrada do Arroz, km 13, Povoado Bacaba), Imperatriz,
Maranhão, CEP: 65919-050, Brasil

Pollianne Dionor Schwabe - polliannes@suzano.com.br

Website do Cliente: www.suzano.com.br

DATA DA CERTIFICAÇÃO	VALIDADE ATÉ
02/06/2019	01/06/2024

DATA DA AUDITORIA DE CAMPO
08 a 12/07/2019
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO
22/01/2020

Organização do relatório

Este relatório corresponde ao resultado da avaliação de monitoramento pela equipe de auditores e está dividido em duas seções. Na seção A, está o Resumo Público e as informações básicas requeridas pelo INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – CERFLOR/ Programa Brasileiro de Certificação Florestal). Esta seção é disponibilizada ao público em geral e tem o objetivo de proporcionar uma visão geral do processo de avaliação, dos programas administrativos e gerenciais, do plano de ação em relação às florestas e do resultado final da avaliação. A seção A será disponibilizada por e-mail sempre que solicitada e também está disponível para consulta no website da Sysflor (www.sysflor.com.br). A seção B contém as informações mais detalhadas para o uso do Empreendimento de Manejo Florestal - EMF.

PREFÁCIO

Ciclo de auditorias de supervisão anuais			
<input checked="" type="checkbox"/> 1ª auditoria anual	<input type="checkbox"/> 2ª auditoria anual	<input type="checkbox"/> 3ª auditoria anual	<input type="checkbox"/> 4ª auditoria anual
Nome da Empresa de Gestão e abreviação usada nesse relatório:			
Suzano S.A.; Suzano UNF – MA; EMF.			

A Sysflor é um organismo de avaliação independente, acreditado pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para conduzir o processo de avaliação do manejo florestal, sob o sistema de certificação do CERFLOR. Os Empreendimentos de Manejo Florestal (EMF) que cumprirem os padrões de manejo florestal podem ser certificados e usar o logotipo do CERFLOR para fins de mercado, com supervisão regular da Sysflor. Assim, todos os certificados emitidos pela Sysflor, com base nos requisitos do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (CERFLOR), requerem auditorias de supervisão anuais para assegurar a continuidade da conformidade com os requisitos e os padrões de certificação. Com isso, o objetivo da auditoria de supervisão anual é:

- Monitorar a conformidade por meio da avaliação da implementação, incluindo a eficácia, do sistema de gestão do cliente, e identificar áreas de possíveis melhorias, considerando as mudanças ocorridas no detentor do certificado e em seu sistema de gestão.
- Manter a confiança de que o sistema de gestão certificado do cliente continua a atender os requisitos entre as auditorias de recertificação.

A auditoria é baseada em um processo de amostragem da informação disponível. Um resumo público da avaliação inicial está disponível por e-mail, sempre que solicitado e também está disponível para consulta no website da Sysflor (www.sysflor.com.br).

Os critérios de auditoria são utilizados como referência para determinação da conformidade e consideram:

- Os requisitos estabelecidos nas normas de certificação CERFLOR aplicáveis;
- Os processos definidos e a documentação do sistema de gestão desenvolvido pelo cliente.

De acordo com as diretrizes do INMETRO e da SYSFLOR, auditorias anuais/de supervisão não têm a intenção de examinar, por completo, todo o escopo das operações florestais certificadas, visto que o custo da auditoria de todo o escopo seria inviável. Ao invés disso, as auditorias anuais compreendem três componentes principais:

- Uma avaliação focada no tratamento de qualquer condição ou Não Conformidade pendente (veja resumo dessas Não Conformidades na seção 4.0 desse relatório e, suas posições finais resultantes dessa auditoria anual, no relatório de Não Conformidades, apresentado em arquivo separado);
- Averiguação de acompanhamento de qualquer questão que tenha surgido desde a concessão do certificado ou, antes da auditoria de supervisão; e
- Foco adicional, se necessário, para cobertura de tópicos ou assuntos selecionados, associados aos dois primeiros componentes, desconhecidos pelo detentor do certificado antes da auditoria.

SUMÁRIO

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO	4
1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO	4
1.1. Equipe da Auditoria Anual	4
1.2. Tempo total dedicado à avaliação	5
1.3 Padrões utilizados.....	5
1.3.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO.....	5
1.3.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas	5
1.4. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF).....	5
2. CRONOGRAMA E ATIVIDADES DA AUDITORIA ANUAL	6
2.1. Itinerário e Atividades da Auditoria Anual	6
3. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE MANEJO	12
4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO	12
4.1 Descrição das Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes.....	12
4.2 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria	32
5. COMENTÁRIOS DE PARTES INTERESSADAS.....	34
5.1 Grupos de Partes Interessadas Consultadas	34
5.2 Resumo dos comentários das partes interessadas e repostadas dadas pela equipe onde aplicáveis	35
6. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO.....	35
7. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO	36
8. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS.....	54

SEÇÃO A – RESUMO PÚBLICO

1. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE MANEJO

1.1. Equipe da Auditoria Anual

Nome do Auditor:	Luciano Lisboa Junior	Função do Auditor:	Auditor Líder
Qualificações: Engenheiro agrônomo, especializado em Silvicultura pela ESALQ, da Universidade de São Paulo – USP. PhD em Solos Florestais (Major) e Estatística Experimental (Minor) pela North Carolina State University (USA). Gerente de Meio Ambiente e Segurança Florestal da Aracruz Celulose SA, com responsabilidades em processos de licenciamento, gestão e certificação ambiental / florestal e segurança do trabalho entre abril/1995 a agosto/2009. Engenheiro Sênior da Aracruz Celulose SA, consultor para assuntos técnicos ambientais do Departamento de Controle Técnico de julho 1992 a abril/1995. Chefe de Unidade em dois períodos (jan./1978 a ago./1982; jun./1987 a jul./1990) e Pesquisador da Embrapa Florestas ao longo de 15 anos (jan./1978 a dez./1992), atuando nas áreas de silvicultura, solos e nutrição florestal. Atualmente é Consultor Ambiental de empresas florestais e auditor pela SCS/Sysflor nos processos de certificação florestal FSC e CERFLOR.			
Nome do Auditor:	Edson Vanda Pereira dos Santos	Função do Auditor:	Auditor Membro
Qualificações: Cientista Social formado pela Universidade Federal do Acre (UFAC), Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Barão do Rio Branco e Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Tem experiência em gestão socioambiental de empreendimentos florestais, desenvolvendo trabalhos com instituições de governo (IBAMA, ICMBio e FUNTAC), comunidades rurais de diferentes regiões do Brasil, empresas do setor florestal e organizações não governamentais (FUNBIO, WWF, TFT, CNS, entre outros). É auditor líder de Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho OHSAS 18001:2007, auditor credenciado pelo FSC Internacional para avaliação de certificação de manejo florestal, auditor do Sistema de Certificação Florestal CERFLOR/INMETRO, auditor de projetos de carbono Padrão CCB/VCS e auditor líder credenciado pela SCS Global Service para a avaliação <i>FSC® Forest Management et FSC® Controlled Wood (SCS-AI-12268)</i> .			
Nome do Auditor:	Kelen Aparecida da Silva Bernardo	Função do Auditor:	Auditor Membro
Qualificações: Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2010). Especialização em Mídia, Política e Atores Sociais pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2012) e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2014). Atualmente é doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de Serviço Social Socio jurídico; Docência em Serviço Social; Pesquisa áreas relacionadas ao Serviço Social e a Sociologia do Trabalho, Flexibilização do contrato de trabalho, Trabalho infanto-juvenil, Qualificação Profissional via Políticas Públicas, Aceitação Social do trabalho infanto-juvenil. Entre outros temas relacionados as condições e relações de trabalho.			
Nome do Auditor:	Mauricio C. Nadolny	Função do Auditor:	Auditor Membro
Qualificações: Engenheiro Florestal e Mestre em Manejo Florestal pela UFPR - Curitiba – Pr.; MBA Executivo em Administração de Empresas e Negócios pela FGV – Curitiba, Pr. Atuou em empresas nacionais e multinacionais nas áreas de geoprocessamento, implantação e manejo florestal, inventário florestal, planejamento florestal, operações florestais – silvicultura e colheita, suprimento de madeira e certificação. Exerceu cargos de Supervisor de Silvicultura e Colheita na Pisa Florestal, Gerente de Suprimento de Madeira e implantação florestal na Norske Skog Pisa (2000 a 2007) e Gerente de Suprimentos Florestais na Berneck (2007 a 2017). Foi coordenador da implantação e manutenção da Certificação FSC de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia da Berneck (2010 a 2017). Atualmente é			

consultor florestal de empresas do setor e Auditor pela SCS/SYSFLOR nos processos de Certificação FSC e CERFLOR de Manejo Florestal e Cadeia de Custódia.			
Nome do Auditor:	Vilmar Picinatto Filho	Função do Auditor:	Auditor Membro
Qualificações: Engenheiro Florestal, formado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Especialista em Gerenciamento de Projetos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Mestre em Engenharia Florestal pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutorando em Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atuou como professor do ensino superior na Universidade do Estado de Santa Catarina das disciplinas de Manejo de Fauna Silvestre e Manejo de Áreas Silvestres no período de 03/2012 a 12/2015. Tem experiência com ambientes e animais silvestres, atuando principalmente com os temas: manejo de fauna silvestre, manejo de ambientes silvestres e Unidades de Conservação.			

1.2. Tempo total dedicado à avaliação

A. Número de dias dedicado à avaliação do requerente:	5
B. Número de auditores participantes na avaliação:	5
C. Dias adicionais dedicados à preparação, consulta às partes interessadas e acompanhamento pós-auditoria:	2
D. Número total de homens/dia utilizado na avaliação:	27

1.3 Padrões utilizados

1.3.1 Padrões aplicáveis credenciados pelo INMETRO

Título do padrão	Versão	Data da Finalização
ABNT NBR 14789:2012 – Manejo florestal sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais.	3ª Edição	12 de dezembro de 2012
Portaria do Inmetro nº 547	-	25 de outubro de 2012

1.3.2 Padrões utilizados em auditorias combinadas

<input type="checkbox"/> Não aplicável. Não foi realizada uma auditoria combinada.		
Título do padrão*	Versão	Data da Finalização
FSC-STD-BRA-01-2014 – Manejo Florestal	V 1-1	28/07/2014
FSC-STD-50-001	V 2-0	09/10/2017
FSC-DER-30-001-V1-0 EN Sulfluramid Brazil 290216;	V 1-0	29/02/2016
FSC-DER-30-001-V1-0 EN Deltamethrin Brazil 290216;	V 1-0	29/02/2016
Moção 65 sobre IFL - ADVICE-20-007-018	V 1-0	01/01/2017
Indicadores de COC da SCS para EMFs	V 7-0	Agosto/2018

* Os resultados da auditoria nesse padrão estão descritos em um relatório separadamente das conclusões dessa auditoria.

1.4. Identificação do Organismo de Certificação Florestal (OCF)

Escopo da Acreditação	A Sysflor Certificações Florestais está acreditada pela Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre) para realização de processos de certificação de manejo florestal com base nas normas ABNT NBR 14789:2012 e ABNT NBR 15789:2013, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo acreditador.
------------------------------	--

Histórico da Sysflor	<p>A Sysflor foi fundada em 2007, com o objetivo de representar uma certificadora americana no desenvolvimento de projetos de avaliação independente para a certificação de manejo florestal e cadeia de custódia. A partir de 2008 vários outros programas passaram a ser fornecidos através da Sysflor, tais como verificação e validação de projetos de carbono, verificação de legalidade (LHV), certificação de biocombustíveis (ISCC, RSB e Bonsucro).</p> <p>Em maio de 2014 a Sysflor recebeu a acreditação, pela Coordenação Geral de Acreditação (CGCRE) do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), para atuar como Organismo de Certificação Florestal (OCF) na certificação de manejo de plantações florestais CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 14789. Em junho de 2015 recebeu acreditação, pelo mesmo organismo, para realização de Auditorias Florestais Independentes (AFI) e, em julho do mesmo ano, foi acreditada para a certificação de manejo de nativas CERFLOR, com base na norma ABNT NBR 15789.</p> <p>A Sysflor conta com uma equipe multidisciplinar de auditores locados em várias regiões do Brasil e vários clientes de manejo florestal e cadeia de custódia.</p>
Responsável pela Sysflor	Vanilda Rosângela de Souza – Diretora
Dados para Contato	<p>Endereço: Rua XV de Novembro, 1155, Sala 1605, Centro, Curitiba, Paraná, Brasil (80.060-000)</p> <p>Telefone: 55 (41) 3344-5061</p> <p>E-mail: vanilda.souza@sysflor.com.br</p> <p>Website: www.sysflor.com.br</p>

2. CRONOGRAMA E ATIVIDADES DA AUDITORIA ANUAL

2.1. Itinerário e Atividades da Auditoria Anual

Data: 08/07/2019 – 2ª - feira	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Auditório da Empresa, Imperatriz, MA.	<p>Reunião de abertura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação, atualização do cliente; • Revisão do escopo de auditoria; • Introdução/atualização confidencialidade e sumário público, métodos e avaliação da conformidade, procedimentos de segurança e emergência para o time de avaliação.
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	<p>Revisão da programação de auditoria:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição das fazendas a serem inspecionadas e as partes interessadas a serem visitadas / consultadas; <p>Avaliação do Plano de Governança Florestal (PGF): documento equivalente ao Plano de Manejo Florestal (PMF);</p> <p>Avaliação do mapa de localização:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunidades locais, indígenas e tradicionais; <p>Checagem da avaliação de impactos e monitoramentos sociais realizados;</p>

	<p>Verificação e avaliação de documentos e registros relacionados aos temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Comunicação com partes interessadas; <p>Apresentação do EMF sobre seu Novo Programa Social do EMF; Checagem das ações adotadas para as não conformidades abertas na auditoria anterior; Verificação de documentos / procedimentos; Entrevista com colaboradores.</p>
Data: 09/07/2019 – 3ª - feira	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
<p>Inspeção de Campo: Fazenda Jaó/Juriti, Dom Eliseu, PA. (Fazenda Nova no Escopo 2019).</p>	<p>Inspeção nas atividades de roçada manual (retirada de cipó) na UP 81B-288 e de Aplicação de Herbicida Mecanizada na UP 81B-271.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições de trabalho e sua conformidade com a NR 31: <ul style="list-style-type: none"> -Segurança do trabalho e uso de EPIs; -Inspeção na área de vivência; - Cuidados no uso de agrotóxicos: transporte, preparo de calda e aplicação; • Verificação das condições de transporte de trabalhadores florestais; • Verificação da qualidade da alimentação e águas fornecidas; • Verificação das condições ergonômicas no trabalho; • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Verificação das placas de sinalização e identificação da fazenda; • Averiguação do estado de conservação das estradas e aceiros; • Checagem desenvolvimento e sanidade dos plantios florestais; • Averiguação da conservação da vegetação nativa (APP e RL).
<p>Inspeção de Campo: Fazenda Santa Maria HM, Dom Eliseu, PA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Averiguação do estado de conservação das estradas e aceiros; • Checagem desenvolvimento e sanidade dos plantios florestais.
<p>Inspeção de Campo: Fazendas Nossa Senhora Aparecida; Saudades de Minas; São Pedro HR em Dom Eliseu, PA.</p>	<p>Fazendas sem atividades operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação das placas de sinalização; • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Averiguação do estado de conservação das estradas e aceiros; • Checagem desenvolvimento e sanidade dos plantios florestais; • Averiguação da conservação da vegetação nativa (APP e RL).
<p>Inspeção de Campo: Fazenda Preciosa, Dom Eliseu, PA.</p>	<p>Inspeção do Galpão de Insumos e Depósitos de Agrotóxicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições dos depósitos (NR 31.8.17) e armazenamento (NR 31.8.18); • Verificação dos registros de entradas, saídas e estoques dos produtos armazenados; • Verificação da existência das FISPQs dos produtos armazenados e suas datas de validade; • Verificação das datas de validade dos lotes dos pesticidas armazenados; • Entrevista com trabalhador responsável.
<p>Inspeção de Campo:</p>	<p>Fazendas sem atividades operacionais:</p>

<p>Fazenda Guarazinho, São Pedro dos Crentes, MA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das placas de sinalização; • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Averiguação do estado de conservação das estradas e aceiros; • Checagem desenvolvimento e sanidade dos plantios florestais; • Averiguação da conservação da vegetação nativa (APP e RL).
<p>Inspeção de Campo: Fazenda Catingueiro, Feira Nova do Maranhão, MA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção na atividade de preparação e conservação das estradas; • Verificação de documentos dos trabalhadores; • Verificação do veículo de transporte dos trabalhadores rurais; • Inspeção nas áreas de vivência; • Checagem das condições de saúde e segurança do trabalhador (uso de EPIS); • Entrevistas com trabalhadores; • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Averiguação do estado de conservação das estradas e aceiros; • Checagem desenvolvimento e sanidade dos plantios florestais; • Averiguação da conservação da vegetação nativa (APP e RL).
<p>Inspeção de Campo: Fazendas Tabuleiro, Estreito, MA; Caraíba Velha, Feira Nova do Maranhão, MA; Taquari, São Pedro dos Crentes, MA e Taboleiro do Meio, Feira Nova do Maranhão, MA.</p>	<p>Fazendas sem atividades operacionais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Averiguação do estado de conservação das estradas e aceiros; • Checagem desenvolvimento e sanidade dos plantios florestais; • Averiguação da conservação da vegetação nativa (APP e RL). <p>Consulta pública com moradores do entorno das fazendas.</p>
<p>Inspeção de Campo: Macrorregião Cidelândia – núcleo MA-5, Fazendas Cotovelo, Alvaluz, Santa Catarina e seus entornos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em fazendas de aumento de escopo da certificação. • Inspeção em operações de silvicultura – aplicação mecanizada de herbicida, roçada manual, coroamento e aplicação de herbicida com equipamento auto propelido; • Vistoria em operações de carregamento de madeira; • Entrevista com trabalhadores próprios e de prestadores de serviço; • Checagem das condições de saúde e segurança nas frentes de trabalho; • Inspeção nas áreas de vivência e veículos de transporte de pessoal; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Verificação das condições das estradas e aceiros; • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Visitas às comunidades do entorno e entrevistas com partes interessadas / afetadas.
<p>Inspeção de Campo: Fazenda Boa Fé, Cidelândia, MA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeção nas atividades pós-colheita e pós-silvicultura: • Verificação das placas de sinalização e identificação da fazenda; • Vistoria nas áreas onde as operações de colheita e silvicultura haviam encerrado; • Vistoria no depósito de químicos e resíduos da empresa; • Entrevista com trabalhadores e prestadores de serviço; • Checagem das condições de segurança dos depósitos e dos trabalhadores quanto ao uso de EPI para o manuseio de químicos;

	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do sistema de controle de estoque, conferência física do estoque; • Verificação das FISPQ dos produtos existentes no depósito; • Avaliação dos sistemas de segurança contra incêndios, descargas acidentais de produtos químicos e da sinalização de segurança; • Avaliação dos procedimentos operacionais relacionados a essa atividade; • Inspeção nos escritórios e sede da Fazenda; • Verificação das condições das estradas, aceiros e a presença de obras de arte; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoadamentos; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas e mananciais; • Checagem dos mapas versus verdade terrestre;
Inspeção de Campo: Fazenda Itabaiana, Cidelândia, MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das placas de sinalização e identificação da fazenda; • Verificação das condições das estradas, aceiros e a presença de obras de arte; • Verificação do desenvolvimento dos povoadamentos; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas e mananciais; • Checagem dos mapas versus verdade terrestre;
Inspeção de Campo: Fazenda Monte Sinai, Açailândia – MA e Fazenda Argentina, Itinga do Maranhão – MA (Fazenda Nova no Escopo 2019).	<p>Áreas novas a serem incluídas no escopo da certificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação das placas de sinalização e identificação da fazenda; • Verificação das condições das estradas, aceiros e a presença de obras de arte; • Verificação do desenvolvimento dos povoadamentos; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas e mananciais; • Checagem dos mapas versus verdade terrestre;
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da avaliação dos impactos sociais sobre populações indígenas e tradicionais; • Verificação de documentação na Área Fundiária; • Verificação de documentação na Área Jurídica; • Avaliação da estratégia de gestão social.
Data: 10/07/2019 – 4ª - feira	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	<p>Avaliação do Atendimento das Condicionantes de Derrogação; Verificação do Plano de Gerenciamento de Resíduos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Verificação dos registros de destinação final de resíduos; • Verificação das licenças ambientais dos destinatários dos resíduos e suas validades. <p>Tecnologia e Inovação / Excelência Operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Seleção de espécies e melhoramento genético; • Transferência de tecnologia. <p>Prevenção e Combate a Incêndios Florestais;</p>

	<p>Verificação dos registros de treinamento e ASOs dos entrevistados no campo;</p> <p>Avaliação do Processo de Aquisição / arrendamento de propriedades;</p> <p>Verificação de documentação na Área de Recursos Humanos;</p> <p>Verificação de documentação na Área de Meio Ambiente;</p> <p>Verificação de registro de documentação no Sistema de Partes Interessadas.</p>
<p>Inspeção de Campo: Fazendas Bloco MAAB, Angico, Riacho e Ananás, TO.</p>	<p>As fazendas desse bloco estavam em fase de manutenção, não tinham atividades operacionais quando da inspeção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Checagem de mapas versus verdade terrestre (pontos isolados e comunidades próximas ao manejo e na rota de transporte); • Consulta pública às comunidades na rota de transporte e pontos isolados; • Averiguação do estado de conservação das estradas e acessos.
<p>Inspeção de Campo: Axixá do Tocantins - TO Sítio Novo do Tocantins - TO São Miguel do Tocantins – TO.</p>	<p>Localidades situadas na rota de transporte entre as fazendas MAAB e Maria Isabel</p> <ul style="list-style-type: none"> • Averiguação da conservação e manutenção das estradas; • Checagem de mapas versus verdade terrestre • Verificação de moradores isolados no trajeto.
<p>FUNAI, Tocantinópolis – TO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
<p>Polo Local de Saúde Indígena, Tocantinópolis – TO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
<p>Comunidade Serra Grande – TO.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta Pública.
<p>Associação Agroindustrial Vale do Açailândia / Assentamento Califórnia, Açailândia – MA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
<p>Vila Olho D'água dos Martins, Imperatriz – MA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
<p>Associação dos Agroextrativistas Familiares Solidária Comunidade do 1.700.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
<p>Inspeção de Campo: Macrorregião Cidelândia – núcleo MA-5, fazendas Rodominas, Pirâmide e seus entornos.</p>	<p>Vistoria em fazendas de aumento de escopo da certificação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vistoria em depósito de químicos e resíduos: verificação do controle de estoque de químicos, registros de entradas, saídas, controle de uso e gestão de resíduos; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas (APP e RL); • Averiguação das condições das estradas e aceiros; • Checagem de mapas vs verdade terrestre; • Visitas às comunidades do entorno e entrevistas com partes interessadas / afetadas.
<p>Inspeção de Campo: Fazenda Itaparica, São Francisco do Brejão, MA.</p>	<p>Inspeção de Recuperação de Áreas Degradadas e retirada de exóticas em APP:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Vistoria nas áreas onde as operações de recuperação de áreas degradadas e retirada de espécies exóticas em APP haviam sido realizadas; • Averiguação das condições das estradas, aceiros e a presença de obras de arte; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas e mananciais; • Checagem dos mapas <i>versus</i> verdade terrestre.
Comunidade Placa 40, São Francisco do Brejão – MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública a moradores da comunidade.
Inspeção de Campo: Fazenda Bandeirantes – Sonho Meu, São Francisco do Brejão, MA (Fazenda Nova no Escopo 2019).	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação das condições das estradas, aceiros e a presença de obras de arte; • Verificação do desenvolvimento geral dos povoamentos; • Averiguação do estado de conservação das áreas nativas e mananciais; • Checagem dos mapas <i>versus</i> verdade terrestre.
Comunidade Km 1.700, São Francisco do Brejão – MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Consulta pública.
Data: 11/07/2019 – 5ª - feira	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Verificação do planejamento de conservação de estradas: Planejamento, orçamento, dispêndios realizados e cronograma de execução 2019. • Avaliação de acidente do trabalho: Emissão de CAT; Análise das causas do acidente de trabalho, medidas de solução dos problemas identificados e divulgação nas frentes de trabalho. • Análise da documentação fundiária das fazendas novas no escopo inspecionadas: Matrícula(s) do Imóvel; Contrato de Arrendamento; Cadastro Ambiental Rural - CAR; ITR e CCIR. • Verificação dos Monitoramentos de Pragas & Doenças; • Verificação do Uso de Fertilizantes / Recomendação de Adubação; • Análise de documentação trabalhista na Área de Recursos Humanos; • Análise de documentação na área de Saúde, Segurança e Meio Ambiente; • Análise da sistemática de monitoramento das Empresas Prestadoras de Serviços; • Análise de documentação na Área de Inteligência Patrimonial; Análise de documentação na Área de Logística; • Análise de documentação na Área de Abastecimento; • Avaliação de documentos de conversão de áreas; • Avaliação dos registros sobre recuperação de áreas degradadas; • Avaliação dos registros sobre controle de vegetação exótica em APP; • Avaliação dos registros sobre IFL;

	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação dos registros monitoramentos ambientais; • Avaliação dos registros sobre Impactos Ambientais das operações florestais; • Avaliação dos registros sobre Emergências Ambientais; • Avaliação dos registros sobre monitoramento de fauna, flora e recursos hídricos; • Entrevista com trabalhadores.
Data: 12/07/2019 – 6ª - feira	
UMF / Local / sítios visitados	Atividades / notas
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do plano de aplicação aérea de fertilizantes e defensivos agrícolas; • Avaliação de documentação na Gerência de Negócios Florestais; • Entrevistas com trabalhadores; • Análise de documentação de cumprimento de legislação trabalhista.
Escritório da Empresa, Imperatriz, MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação da Reunião de Encerramento: Auditores consolidaram as constatações, deliberaram e confirmaram as conclusões da auditoria.
Auditório da Empresa, Imperatriz, MA.	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Encerramento: Revisão das constatações preliminares (potenciais não conformidades e observações) e discussão das próximas etapas.

3. MUDANÇAS NAS PRÁTICAS DE MANEJO

<input checked="" type="checkbox"/>	Não foram identificadas mudanças no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
Descreva as mudanças identificadas:	
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas não são significativas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera.
<input type="checkbox"/>	As mudanças identificadas são significativas no sistema de gestão, na organização ou no contexto no qual o sistema de gestão opera, dessa forma, recomenda-se que uma auditoria especial ou uma auditoria fase 1 (na recertificação) seja realizada.

4. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

4.1 Descrição das Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria Existentes

Constatação Número: 2018-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3 d)

Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Durante as inspeções de campo, foi verificado que o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) de alguns veículos de empresas terceirizadas estavam vencidos ou ainda indisponíveis e, também que cronotacógrafos estavam vencidos (em caminhões caçamba e em veículos de transporte de trabalhadores nas Macrorregiões de Porto Franco e de Dom Eliseu). O porte deste documento é obrigatório, segundo a Lei nº 13.281, de 4 de maio de 2016, que alterou a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Inspeção de campo nos veículos das empresas terceirizadas nas Macrorregiões de Porto Franco e de Dom Eliseu.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	Alertar os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em seus respectivos veículos, via e-mail, GT de SSO e DDS;
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no sistema de controle de obrigações legais e procedimentos de caminhões e veículos de transporte de trabalhadores terceirizados.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<p>O EMF solicitará a documentação dos terceiros diretos ou indiretos que atuarem na área, antes do início das atividades, bem como realizará inspeções de campo frequentes.</p> <p>Ações corretivas determinadas pelo EMF:</p> <p>Elaborar planilha de controle de vencimento de licenciamento, CNH e certificado dos tacógrafos de veículos próprios e terceiros. Colheita, Silvicultura e Logística;</p> <p>Fazer revisão do check-list de inspeção com a inclusão desses itens Documentos do veículo e tacógrafo;</p> <p>Verificar com a Destra a possibilidade de envio dos status de vencimento das CNHs dos colaboradores das EPS;</p> <p>Verificar qualidade da realização do check-list de máquinas e equipamentos através do IQS; e</p> <p>AC – Alertar os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em suas respectivos veículos, via e-mail e GT de SSO.</p>
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<p>1 - Ação imediata – Alertar os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em seus respectivos veículos, via e-mail, GT de SSO e DDS;</p> <p>2 - Elaborar planilha de controle de vencimento de licenciamento, CNH e certificado dos tacógrafos de veículos próprios e terceiros. Colheita, Silvicultura e Logística (elaborar um plano de ação para verificação/vistoria próprios e terceiros para execução até 31/12/2018 - inserir no GID).</p> <p>3 - Fazer revisão do check-list de inspeção das máquinas e caminhões com a inclusão desses itens Documentos do veículo e tacógrafo.</p> <p>4- Verificar a qualidade da realização do check-list de máquinas e equipamentos através do IQS;</p> <p>5 - Realizar orientação quanto ao preenchimento correto do check-list com os operadores e motoristas próprios e terceiros por meio de Diálogo de Segurança em Campo;</p> <p>6- Monitorar o correto preenchimento dos Check-lists por meio do SSOMA e do PPS.</p> <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 31/03/2019.</p>

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	01 - Email - Aleta às EPS; 02 - CONTROLE CNH - CRLV – Tacografo (três EPS); 03 - Check list Modalidades.Restrictiva 03.B- IQS Faz. Bloco Jurema 20 03 19 04 - Divulgação da novo Check list 05- SSOMA EPS Silvicultura Fazenda Verão Vermelho- 03 04 19 06 - Ata Reunião GTSSO- 11 03 19 e Lista de Presença 07 - PPG.120D050 - Verificação Autorização de Máquinas Equipamento Veículos
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	O EMF apresentou as seguintes ações visando o atendimento da NC registrada: 1. ATA de Reunião do Grupo de Trabalho (GT) de Segurança e Saúde Ocupacional – SSO realizada em 11/03/2019, constando de assuntos relacionados à NC: <ul style="list-style-type: none"> • Alertados todos os gestores das EPS sobre o porte dos documentos legais em seus respectivos veículos; • Enviada a planilha de controle de vencimento de licenciamento, CNH e certificado dos tacógrafos de veículos próprios e terceiros; • Realizar orientação quanto ao preenchimento correto do check list com os operadores e motoristas próprios e terceiros por meio de Diálogo de Segurança em Campo; • Levantar a quantidade de caminhões mistos utilizados para o transporte de colaboradores na UNF-MA e a quantidade de desvios apontados para estes; • Apresentada lista de presença com assinatura de 57 representantes da Suzano e EPS que participaram dessa reunião do GT-SSO. 2. Apresentada a planilha de controle de vencimento de CNH de pessoal próprio (motoristas, operador de trator florestal, técnico de segurança, Auxiliar Administrativo, Encarregado de Manutenção, Motorista Abastecedor) e EPS (motoristas, motoristas de munck e motorista de ônibus, eletricitas e mecânicos). 3. Apresentada a planilha de controle de vencimento de Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV) e aferição de Cronotacógrafo (veículos próprios e de EPS). 4. Evidência da divulgação dos Check list e de Email Alerta às EPS: apresentada planilha com diversos check lists diários (motosserra, caminhão de madeira, caminhão munck, caminhão geral, comboio, caminhão basculante, caminhão

	<p>pipa, micro-ônibus, van, caminhão prancha, utilitário, motoniveladora, trator, carregador florestal, esteira, pá carregadora, Harvester, NPK autopropelida, savanah, Skidder e rolocompactador). E-mail encaminhado pelo Coordenador de Segurança e Saúde do Trabalho para 106 representantes do setor de segurança de EPS e gestores, com cópia para dez gestores de segurança do trabalho da Suzano – MA. O e-mail alerta para os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Manter os documentos legais dos veículos, CRLV, e Certificado do Tacógrafo válidos e disponíveis nos veículos; • Necessidade de motoristas e operadores portar as suas CNH's válidas; <p>5. Foi evidenciado que no PPG.12.00256 - <i>Indicador de Segurança do Trabalho</i>, foi incluído o requisito para controle da frota, ("4.3 - L - Controle e segurança da frota e equipamentos" os quais devem estar operando de acordo com o Check List (item verificado nas inspeções de campo efetuadas pela equipe de SSO da Suzano – MA nas EPS).</p> <p>6. O procedimento PPG 12.00050 "<i>Verificação e Autorização de Máquinas, Equipamentos e Veículos</i>" define a sistemática para verificação das máquinas, equipamentos e veículos com força motriz própria que atuam nas áreas sob responsabilidade da Suzano, estabelecendo critério para autorização do trabalho e direcionamento das ações de manutenção, em função da criticidade da falha identificada. Em seu item 5.4.4 define que "Não é permitido o trânsito interno de motoristas não habilitados, com Carteira Nacional de Habilitação vencida ou com habilitação diferente para o tipo de veículo ou equipamento que estiver dirigindo / operando. Todos os passageiros de veículos leves e de ônibus devem estar utilizando o cinto de segurança".</p> <p>Nas inspeções de campo foram evidenciados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na frente de trabalho de roçada manual, na UP 288, na Fazenda Jaó – Dom Eliseu – PA, a documentação do ônibus de transporte de colaboradores da EPS, placa KMT 7293 possuía documentação em dia (CRLV e Certificado do Tacógrafo), bem como, a CNH do motorista estava vigente e a habilitação do motorista (CAT.HAB E) e formação (Exercer Atividade Remunerada no Transporte Coletivo de Passageiros); • Na frente de trabalho de aplicação de herbicida mecanizado, na UP 2271, na Fazenda Jaó – Dom Eliseu – PA, a documentação do caminhão pipa da EPS, placa HBG 3007 possuía documentação em dia (CRLV e Certificado do Tacógrafo), bem como, a CNH do motorista estava vigente e possuía a habilitação como motorista (CAT.HAB AD). • Os dois veículos acima e o trator de pneu TP009 tinham os respectivos check lists preenchidos, nos dias 08 e 09/julho/2019. A única NC assinalada foi no TP009 que estava com o esguicho do para-brisa não funcionando, o que não impedia o trabalho do equipamento na aplicação de herbicida.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-02			
Selecione uma:	<input type="checkbox"/> NC maior	<input checked="" type="checkbox"/> NC menor	<input type="checkbox"/> OM

NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.3 e)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>O Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional - SSO é corporativo e está plenamente implementado. Para a verificação do cumprimento legal e eficiência das ações, o EMF implementou o programa SSOMA, que faz o monitoramento de Requisitos Legais, aplicáveis a Saúde e Segurança Ocupacional. Apesar disso, foi verificado que existem divergências nos Programas de Saúde e Segurança (i.e., PPRA, PCMSO e LTCAT) em relação ao estabelecido na Ordem de Serviço e ASOs dos colaboradores próprios e terceiros.</p> <p>Na documentação dos colaboradores próprios observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No ASO para o cargo Motorista não consta o exame de Eletroencefalograma previsto no PCMSO; - No cargo de Mecânico, existem divergências nos riscos ambientais descritos no PPRA em relação ao PCMSO e LTCAT; - No cargo de Técnico de Operações Florestais, os riscos ambientais presentes no ASO estão divergentes com aqueles descritos no PPRA, PCMSO e LTCAT; - No cargo de Assistente de Operações Florestais, os exames previstos no PCMSO não condizem com aqueles realizados no ASO. - A descrição das funções de algumas ordens de serviços é diferente das descrições previstas no PPRA, PCMSO e LTCAT. <p>Na documentação dos colaboradores terceiros observou-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O LTCAT dos Cargos de Almoxarife e Encarregado de Qualidade Operacional, apresenta divergência em relação à descrição feita no PPRA e PCMSO. 	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
PPRA, PCMSO, LTCAT, Ordem de Serviços e ASO dos colaboradores próprios e terceiros.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	N/A.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no sistema de controle de documentações de Saúde e segurança, ao que se refere a divergências no preenchimento de cargos, funções e riscos ambientais entre os programas PPRA e PCMSO; a LTCAT e a Ordem de Serviço.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Reunião entre os coordenadores das unidades para definição de ação corporativa; Revisão e análise dos programas de segurança para identificar inconsistências; e Treinamento aos técnicos de segurança próprios quanto à avaliação minuciosa dos programas.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	1- Estabelecer uma metodologia contemplando ferramentas (check list) e rotina para verificação do atendimento dos documentos (ASO, PPRA, PCMSO, LTCAT); 2- Treinamento aos técnicos de segurança próprios quanto à avaliação minuciosa dos programas.

	<p>3- Revisão e análise dos programas de segurança para identificar desvios e elevar o nível de verificação documental (Ordem de Serviço, PCMSO, PPRA, LTCAT) para avaliar inconsistências entre os documentos (cargo, função, tipos de exames e demais itens pontuados pelo auditor).</p> <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 25/04/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<p>01 - Registro GID – 440272</p> <p>02 - Check list ASO</p> <p>03 - Check list PCMSO</p> <p>04 - Check list PPRA</p> <p>05 - Treinamento Avaliação Programas</p>
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF implementou um plano de ações corretivas para solucionar a não conformidade identificada (GID – Gerenciamento de Incidentes e Desvios 440272):</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Reunião entre os coordenadores das unidades para definição de ação; 2. Revisão dos check list e análise dos programas de segurança para identificar desvios e elevar o nível de verificação documental (PPRA, PCMSO, ASO e OS) para avaliar inconsistências entre os documentos (cargo, função, tipo de exame e demais itens pontuados pelo auditor); 3. Treinamento aos técnicos de segurança próprios quanto à avaliação minuciosa de seus respectivos programas e documentos (LTCAT, PPRA, PCMSO, ASO e OS). Esse 3º item responsabilizando os Técnicos de Segurança em realizarem minuciosa análise de consistência nos documentos (LTCAT, PPRA e PCMSO) é considerado pelo EMF como fator chave para evitar a reincidência de inconsistências entre esses documentos. <p>Além do plano de ações corretivas, o EMF dispõe do procedimento “Monitoramento de Segurança, Saúde Ocupacional e Meio Ambiente – SSOMA”, código PPG.12.00020, revisão 2.0, de 21/08/2018, cujo objetivo é monitorar os requisitos legais, outros requisitos aplicáveis e procedimentos operacionais do EMF, visando à prevenção de incidentes, acidentes e impactos ambientais relacionados às atividades Florestais. O procedimento descreve as atribuições, diretrizes e monitoramentos de SSOMA, para que os diplomas legais de Segurança e Saúde Ocupacional sejam identificados e avaliados através do Gerenciamento de Requisitos Legais Aplicáveis a SSQV. O monitoramento e avaliação da documentação de SSO previnem a reincidência de inconsistências em documentos e processos como CIPA ou CIPATR, PPRA ou PCMAT e PCMSO.</p>

	<p>Foi evidenciada também, a lista de presença de treinamento “Avaliação dos programas de segurança – PPRA, PCMSO, LTCAT, ASO, ORDEM DE SERVIÇOS”, realizado em 08/04/2019, com carga horária de 4 hrs e formulários de check list de verificação para ASO, PCMSO, PPRA/PCMAT.</p> <p>Para revisão e análise dos programas de segurança, o EMF implementou um sistema de verificação da documentação dos funcionários das EPS, através de uma EPS especializada em Gestão de Terceiros.</p> <p>Para análise da documentação de colaboradores de EPS, o EMF apresentou o Protocolo referente a conclusão de análise de documentos de funcionários das EPS, amostrados na auditoria.</p> <p>O protocolo de renovação de ASO identifica a EPS, funcionário e indica o número do ASO, data de renovação, data de integração e período concedido de liberação.</p> <p>Foram verificados 6 protocolos e treinamentos de uma EPS de Silvicultura (protocolos #s 463.837; 428.567; 428.657; 450.629; 434.371 e 456.160).</p> <p>Além da verificação de registros do sistema de EPS gestora de terceiros, os seguintes documentos de empresas prestadoras de serviços foram verificados:</p> <p>EPS de Transportes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise Ergonômica do Trabalho – 2019 – validade maio 2019 a abril 2020; • LTCAT / Laudo de insalubridade - NR 15 Versão 01/2019; • PCMSO – NR 07, validade julho 2019 a julho 2020; • PPRA, Ver. 02, 03/06/2019, validade 03/06/2019 a 03/06/2020. <p>A documentação de ASO, treinamentos (máquina escavadeira hidráulica, direção segura, brigadista, garra traçadora, grua florestal, treinamentos de segurança) CNH, ficha de EPI, OS e SGT (sistema de gestão de treinamentos) de colaboradores com funções Operador de máquina pesada e Operador de máquina pesada - líder da EPS foram verificados.</p> <p>Os ASO emitidos dentro do período de vigência do PPRA e PCMSO de 2018/2019 estão em consonância com as definições dos programas deste período. Da mesma forma, os ASO emitidos durante a vigência dos programas 2019/2020 estão alinhados com estes.</p> <p>EPS de estradas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • PCMSO, LTCAT e PPRA, validade 01/12/2018 a 30/11/2019; • ASO, OS e treinamentos de colaboradores. <p>Próprio:</p> <p>Foram verificados também os programas LTCAT revisão novembro 2018; PPRA, vigência 01/08/2019 a 01/08/2020; PCMSO Unidade de Negócio Florestal Açailândia/MA, vigência julho 2019 a julho 2020 do EMF.</p> <p>Realizada a análise da documentação de colaborador do EMF com função “operador máquina silvicultura” e correlação com os programas de saúde. O ASO e exames, OS, treinamentos inerentes à função estão em conformidade, bem como, compatíveis aos programas de saúde.</p> <p>A documentação do EMF e de EPS verificada estava em conformidade, considerando as datas de validade dos programas e os atestados de saúde ocupacional dos colaboradores.</p>
--	--

	Considerando as ações executadas pelo EMF, registros e documentação, a NC pode ser encerrada.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-03	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.3 e)
Não conformidade (<i>ou Oportunidade de Melhoria</i>): Foi verificado nas inspeções de campo que alguns colaboradores não possuem clareza com relação ao preenchimento do checklist de equipamentos móveis e veículos, e que alguns itens regulares estavam sendo indicados como “Não Conforme” nesse documento. Isso, pode comprometer o processo de avaliação das condições das máquinas e veículos pela organização.	
Evidência da Não Conformidade (<i>ou Oportunidade de Melhoria</i>): Inspeção de campo; entrevista com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (<i>quando aplicável</i>)	N/A.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falta de clareza na compreensão e no preenchimento do Checklist de equipamentos móveis e veículos por parte de alguns colaboradores.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	Fazer revisão do checklist de inspeção com a inclusão desses itens Documentos do veículo e tacógrafo; e Realizar orientação quanto ao preenchimento correto do checklist com os operadores e motoristas próprios e terceiros.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (<i>ou Ação de Melhoria</i>) (<i>incluindo qualquer evidência encaminhada</i>)	01 - Fazer revisão do checklist de inspeção; 02 - Realizar orientação quando ao preenchimento correto do checklist com os operadores e motoristas próprios e terceiros por meio de Diálogo de Segurança em Campo; 03 - Monitorar o correto preenchimento por meio do SSOMA. O prazo para a conclusão destas ações será até: 22/03/2019.
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (<i>ou ação de melhoria</i>)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (<i>ou ação</i>)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação)

<i>de melhoria)</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	01 - Registro GID – 440551 02 - Checklist Modalidades.Restrictiva Rev 03 - Divulgação dos novos checklist 04 - SSOMA de EPS silvicultura Faz. Verão Vermelho - 03 04 19
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF registrou a não conformidade no sistema (GID – Gerenciamento de Incidentes e Desvios) sob o número 440551 e promoveu uma revisão dos check lists de inspeção (verificado planilha com 35 formulários de check lists de equipamentos, veículos e máquinas, diários ou turno); realizou forte campanha de divulgação e treinamento do novo padrão de checklist para equipes próprias e de terceiros (verificados treinamentos e registros de divulgação); e está monitorando o correto preenchimento das fichas através do SSOMA.</p> <p>Em campo, foram entrevistados operadores de máquinas e veículos e verificados checklists de ônibus de turma, carregadores florestais, autopropelido e tratores de pneus. Em todos os casos, os operadores demonstraram bom conhecimento sobre o preenchimento e as fichas estavam preenchidas corretamente.</p> <p>Considerando as ações executadas pelo EMF, registros e documentação, além de verificação em campo, a OBS pode ser encerrada.</p>
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-04	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.4 d)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi verificado que há divergência nas áreas que estão sinalizadas como fora do escopo, em relação a descrição do cadastro florestal. Por exemplo, na Fazenda Boa Fé a UP (Unidade de Produção) 62B146 consta como fora do escopo do certificado. Porém, no cadastro florestal essa UP está cadastrada como certificada. Foi evidenciado no cadastro que essa UP foi colhida em 2017, porém constatou-se que a madeira não foi comercializada pelo empreendimento e encontra-se armazenada no campo, conforme evidenciado por imagens de satélite. Também foi evidenciado pela organização que durante a auditoria o cadastro florestal foi corrigido para a UP da Fazenda Boa fé e essa UP foi novamente registrada como não certificada.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Análise do cadastro florestal; imagem de satélite da Fazenda Boa Fé (UP 62B146).	

<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	N/A.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Divergências de informações entre a base do cadastro florestal e o escopo certificado, ocasionado por falha no fluxo de informações entre áreas do EMF.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Passar a gestão do cadastro, referente a base de áreas certificadas, para a área de Governança em Sustentabilidade. Criar procedimentos e instruções de trabalho para ordenar as ações e fluxos de atualizações da base cadastral.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	1- Estabelecer critério para cadastramento de áreas certificadas próprias e provenientes de terceiros na base cadastral da companhia; 2- Estabelecer a periodicidade de averiguação e atualizações de status das UPs certificadas e não certificadas. O prazo para a conclusão destas ações será até: 31/03/2019
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	01 – MAN. 01.00019 - Plano de Governança Florestal – Encarte Geral 02 - Print- PGF Corporativa - Resp. Cadastro Cert. Governança 03 - Print - Plan. Cadastro Atualizado
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	O PLANO DE GOVERNANÇA FLORESTAL – ENCARTE GERAL (Revisão 2.0 de 17/06/2019) no tópico Cadeia de Custódia do Manejo (p. 50) estabelece que: <i>“De forma a garantir o correto registro das áreas certificadas no cadastro florestal, mensalmente a área de geoprocessamento envia um relatório com a base de dados das áreas florestais para as áreas responsáveis, incluindo a área de Governança, que avalia as informações e consistência dos dados (validação das áreas certificadas). Com base nesta informação, a área de Governança faz uma checagem com o relatório de certificação emitido pela certificadora (atualizado). Caso encontre divergência é realizado a correção.”</i> O processo é garantido através de uma autorização de perfil estabelecido para usuário do sistema no cadastro florestal (definição de responsabilidades para alterações de dados no cadastro). Como evidência de atualização do cadastro, o EMF apresentou a planilha de Cadastro Florestal – PA 1 e PA2 (Dom Eliseu, Ulianópolis e Paragominas).

Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
---------------------------------	---

Constatação Número: 2018-05	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1 a)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF evidenciou a realização de levantamentos e avaliação de impactos socioeconômicos gerados pelas atividades de manejo, conforme verificado na matriz de impactos, nos relatórios de visitas às comunidades, <i>Mapeamento de Riscos e Impactos</i> e no RISA (Relatório de Impactos Socioambientais) realizado pré e pós atividade. Entretanto, não foram evidenciados os levantamentos e a avaliação de impactos socioeconômicos para a atividade de aplicação aérea de produtos químicos na UMF.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): <i>Mapeamento de Riscos e Impactos</i> ; RISA (Relatório de Impactos Socioambientais); Entrevista com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	N/A
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Houve um aumento significativo nas aplicações aéreas na UNF MA em virtude do aumento da base florestal (áreas da QG) e do ataque de pragas.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	A Organização deve conduzir uma avaliação de impactos socioeconômicos, identificando os impactos associados à atividade de aplicação aérea de produtos químicos na UMF, por meio de um processo participativo, envolvendo as partes interessadas e afetadas.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	A unidade de Imperatriz desenvolveu e estabeleceu uma matriz de aspectos e impactos no ano de 2019, baseada no procedimento corporativo (Matriz Impactos Sociais Unidade Imperatriz_v1.xlsx; matriz impactos sociais_Suzano.pdf) O processo participativo para o levantamento dos possíveis impactos se deu através de entrevistas individuais abertas com vizinhos de fazendas pré-selecionadas, além de reuniões com comunidades afetadas (ataslistascomunidades.zip; entrevistasindividuais.zip). Após esta etapa, os impactos apontados foram inseridos na Matriz de Aspectos e Impactos, que posteriormente foi apresentada e validada pela área de silvicultura (2019_0306_matrizimpactos_silvicultura.pdf; 2019_0606_matrizimpactos_Colheita.pdf; Aplicação Aérea planos de ação social v2.pdf)

	<p>Durante a revisão do procedimento as medidas de controle aos impactos identificados e foram discutidas e validadas com a operação. São elas: sempre comunicar a área de Desenvolvimento Social sobre as aplicações aéreas; a área de Desenvolvimento Social realiza a comunicação dos vizinhos até 500m das Ups onde serão realizadas as aplicações; a área operacional (própria e EPS) utilizará produtos de combate a pragas e infestações conforme indicação legal (receituário agrônomo, Bula, FISPO, Ficha de Segurança) e realizará a orientações no local (durante a aplicação) para acesso de trabalhadores e comunitários. Após as aplicações, área de Desenvolvimento Social voltara nas comunidades e vizinhos das fazendas com aplicação aérea e verificará se ocorreu impactos (diálogo pós).</p> <p>Na revisão do procedimento de aplicação aérea, tornando-o adequado a situação atual da UNF.MA e considerando as questões socioambientais, foi incluído um fluxo de comunicação interna das informações, devidamente validado pelas áreas envolvidas (POP.03.00143_v3.docx)</p> <p>A fim de subsidiar a constante avaliação das operações nas fazendas da empresa e incluir esta atividade, foi inserido no formulário do RISA a atividade de aplicação aérea (Form. Padrão RISA PRE 2019.pdf; Form Padrão RISA PÓS 2019.pdf)</p> <p>Em paralelo, a área de Licenciamento procedeu com a verificação da necessidade de licença para atividade de aplicação aérea e realizar levantamento de todos os insumos utilizados na aplicação aérea, quanto a sua modalidade de uso (levantamento de legislação.pdf; Lei N 079_2016_Bom Jesus das Selvas.pdf)</p> <p>A área de Tecnologia atualiza, anualmente, a lista de produtos autorizados para utilização na unidade de Imperatriz (Lista Técnica) e é responsável por manter todos os registros de documentos atualizados que comprovem a regulamentação da aplicação aérea do agrotóxico utilizado nesta modalidade.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<ul style="list-style-type: none"> - Matriz_Impactos_Sociais_Unidade Imperatriz_v1.xlsx; - matrizimpactossociais_Suzano.pdf - ataslistascomunidades.zip - entrevistasindividuais.zip - 2019_0306_matrizimpactos_silvicultura.pdf - 2019_0606_matrizimpactos_Colheita.pdf - Aplicação Aerea planos de ação social v2.pdf - POP.03.00143_v3.docx - Form. Padrão RISA PRE 2019.pdf - Form Padrão RISA PÓS 2019.pdf

	<ul style="list-style-type: none"> - levantamento de legislação.pdf - Lei N 079_2016_Bom Jesus das Selvas.pdf
<p>Revisão da SysFlor <i>(Análise de eficácia)</i></p>	<p>De acordo com o relatório “Escopo aplicações aéreas_Suzano.pdf”, a empresa tem, em seu planejamento, a aplicação aérea de fertilizantes e defensivos em fazendas nos estados do Maranhã, Pará e Tocantins. Conforme procedimentos e medidas definidas pela Área de Silvicultura, foram estabelecidas as seguintes medidas preventivas na etapa de aplicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Checklist Equipamento aplicação - Calibração de Pontas - Monitoramento fatores meteorológicos – Temperatura do ar e vento e umidade relativa - Fazer um fechamento diário comparando a quantidade de área aplicada x dosagem por ha; - Envio do mapa das áreas aplicadas; <p>Para que a EPS cumpra tais medidas, o Setor de Saúde e Segurança (SSOMA) está realizando auditorias periódicas, conforme demonstrado pelos relatórios de auditoria.</p> <p>Para evitar/mitigar os impactos associados a aplicação aérea de fertilizantes e defensivos, o Setor de Desenvolvimento Social realizou o Diálogo Operacional antes e depois da atividade, afim de comunicar aos vizinhos das fazendas a previsão de aplicação, divulgar os canais de diálogo para casos de reclamações e identificar possíveis impactos ou reclamações, assim como implementar medidas de mitigação. De acordo com os documentos apresentados, em 2019 foram feitos diálogos operacionais com vizinhos de 19 fazendas.</p> <p>No Sistema de Partes Interessadas (SISPART), foi identificada a reclamação de uma moradora de Açailândia em relação a aplicação aérea de fertilizantes e defensivos, requerendo que a empresa evitasse sobrevoar a área residencial (Registro 1103). Como medida, a empresa reorientou os pilotos a evitar sobrevoar em áreas habitadas. Em avaliação do produto utilizado (Dipel), a empresa demonstrou, por meio de receituário agrônômico, que o mesmo não causa efeitos adversos a seres humanos.</p> <p>A empresa evidenciou que fez uma revisão do formulário do <i>Relatório de Impactos Sócioambientais - RISA</i> e da Matriz de Impactos, incluindo os impactos e das medidas mitigadoras a serem tomadas com relação à atividade de aplicação aérea de fertilizantes e defensivos agrícolas. Essa inclusão foi feita mediante diálogo operacional com os vizinhos, conforme evidenciado acima.</p> <p>Em entrevistas no Assentamento Califórnia (Município de Açailândia-PA), foi informado que no mês de maio de 2019, a empresa realizou a aplicação aérea na região (Bloco Monte Líbano, conforme relatório de aplicações aéreas 2019). Não houve relatos de incômodos, assim como, não houve reclamações de moradores do assentamento de efeitos à saúde resultantes da aplicação. Também, em entrevista na Comunidade Serra Grande (vizinha da fazenda Maab), foi relatado que o EMF avisou com antecedência que seria aplicado defensivo agrícola via aéreo e não foram identificados relatos a respeito de quaisquer transtornos decorrentes da aplicação.</p> <p>Evidências analisadas:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> - “Anexo II - APLICAÇÃO_AÉREA_UNF_MA.PDF” - “ANÁLISE DE TAREFA_SILV_PADRINHO AERO AGRÍCOLA_FAZ RODOMINAS_UNF-MA.pdf - “Anexo II - APLICAÇÃO_AÉREA_UNF_MA.PDF” - Dipel - FISPQ.pdf - Form. Padrão RISA PRE 2019.pdf; Form Padrão RISA PÓS 2019.pdf - 2019_0306_matrizimpactos_silvicultura.pdf; - 2019_0606_matrizimpactos_Colheita.pdf; - Evidências_dialogo_aplicaerea - Matriz de Aspectos e Impactos Aplicação Aérea planos de ação social v2.pdf - Controleimpactos1906Suzano.xlsx - SISPART - Resumo Registro 1103.pdf - Entrevistas com membros de comunidades e pontos isolados vizinhos à UMF
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-06	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.1 a)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Foi observado que com a aprovação da reforma trabalhista em 2017, houve modificações na remuneração das horas in-itinere por parte das EPS, considerando que essa remuneração não é mais obrigatória. Em campo, foram verificadas condutas diferenciadas em relação ao tema, nas diversas EPS inspecionadas. Algumas agregaram o valor ao salário, outras estão pagando sob forma de bônus (p.e. aumento na cesta básica) ou, ainda, horas extras, pois a simples redução poderia gerar um impacto no valor mensal, recebido pelos trabalhadores. Apesar disso, o EMF ainda não realizou uma avaliação dos impactos socioeconômicos dessa e das demais alterações da reforma trabalhista sobre os trabalhadores.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Inspeção de campo; análise do processo de gestão de terceiros; entrevista com colaboradores.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	N/A.
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	Falha no controle de gestão das folhas de pagamentos e de acordos coletivos das EPS após a aprovação da reforma trabalhista ao que se refere à exclusão da obrigatoriedade da remuneração das horas in-itinere.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de	Buscar amparo jurídico para gestão de contratos das EPS, ao que se refere as mudanças na legislação trabalhista. Criar planilha de controle de gestão de acordos coletivos e folhas de pagamentos.

Melhoria (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Analisar juridicamente os impactos do advento da reforma trabalhista referente a redação do artigo 58, § 2º, da CLT, o qual passou a desobrigar o pagamento das horas in-itinere (EPS); 2. Monitorar as folhas de pagamentos e acordos coletivos para verificar as questões dos impactos socioeconômicos relacionados a nova Lei trabalhista (EPS); 3. De posse de análise Jurídica, orientar as EPS formalmente de como observar a nova redação do artigo 58, § 2º, da CLT, o qual passou a desobrigar o pagamento das horas in-itinere (EPS). 4. Analisar criticamente as movimentações das EPS quanto à remoção e substituição de benefícios por outras compensações por meio do sistema de base de dados (Power BI) da área de contratos; 5. Acordar com o sindicato da categoria as tratativas referentes as mudanças ocorridas na nova redação do artigo 58, § 2º, da CLT (Próprios). <p>O prazo para a conclusão destas ações será até: 30/05/2019.</p>
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima):
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	<ul style="list-style-type: none"> - Ev. Recomendações à EPS - Ev. Análise Jurídica - Print Análise Crítica - H. In Itinere - Registro GID – 440360 - Gestão de Contratos EPS UNF_MA. An. Crítica2
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>O EMF evidenciou, por meio do documento “Gestão de Contratos EPS UNF_MA. An. Crítica2”, no qual consta o “Fluxo de Gestão de Contratos” entre o empreendimento e as EPS. No referido fluxograma são estabelecidas as seguintes ações: “Comunicação das EPS Fixas, Notificação ao Fornecedor, Documentação, Análise da Documentação, Notificação de Resultado, Regularização de Pendências, Validação dos resultados, Planejamento de Ações.” Tais ações visam acompanhar as EPS fixas. Ainda no referido documento, consta evidência de que o empreendimento realizou análise crítica os sobre os impactos referentes ao artigo 58, § 2º, da CLT (alterado pela reforma trabalhista), e não da reforma como um todo. A análise crítica apresentada refere-se às EPS, não contemplado os impactos da reforma para os trabalhadores próprio.</p> <p>O resultado, da análise crítica, para os terceiros são: “18 Empresas Prestadoras de Serviços - EPS da UNF/MA, que realizavam o transporte de</p>

	<p>trabalhadores e pagavam o adicional ‘horas in-itinere’, 17% delas mantiveram o pagamento e 33% incorporaram através de outros benefícios, como vale alimentação e prêmios por rendimentos e metas.” Ou seja, 50% das EPS mantiveram e/ou adotaram outras modalidades de benefícios buscando reduzir os impactos na renda de seus colaboradores.</p> <p>O Empreendimento, conforme evidenciado no documento “Ev. Recomendações à EPS” orientou suas EPS “a somente suprimirem ou substituírem o adicional horas in-itinere por meio de acordo trabalhista”. O acompanhamento dos acordos e convenções coletivas pertinentes às EPS são realizados através da ferramenta “Base de Dados Power BI – Suzano”, conforme informações presentes no documento “Gestão de Contratos EPS UNF_MA. An. Crítica2”.</p> <p>Numa avaliação dos Acordos Coletivos vigentes de sete EPS que atuam na silvicultura e estradas, todas apresentam Cláusulas referentes a Horas In Itinere, com as seguintes disposições:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Pagamento por horas pré-definidas: 02 EPS; 2. Emissão de Ticket Alimentação complementar, compensando o não pagamento de Horas In Itinere: 02 EPS; 3. Não pagamento conforme Art. 58, parágrafo 20 da CLT: 02 EPS; 4. Pagamento de vale transporte: 01. <p>Evidências avaliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ev. Recomendações à EPS - Ev. Análise Jurídica - Print Análise Crítica - H. In Itinere - Registro GID – 440360 - Gestão de Contratos EPS UNF_MA. An. Crítica2 - Acordos Coletivos vigentes de sete EPS.
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-07	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	5.2 c)
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>O EMF apresentou uma planilha denominada “demandas impactos 2018”, que contempla os comentários e reclamações recebidas pelos diferentes canais de comunicação e diálogo (i.e., Suzano Responde – 0800, Suzano em campo, e-mail, whatsapp, contato direto com pessoas da empresa, etc.), bem como as ações tomadas para cada questão. Entretanto, verificou-se que não há registros nessa planilha que evidenciem que as respostas foram fornecidas às partes interessadas.</p>	

<p>Também foi verificado que questões importantes tratadas com a comunidade não estão sendo registradas pela organização como, por exemplo, o acordo para a recuperação do açai utilizado pela comunidade que foi queimado em um incêndio. Em entrevistas realizadas, evidenciou-se que no acordo verbal o EMF se compromete a repassar as mudas de açai para comunidade plantar, entretanto, há uma demora significativa nas ações, não sendo possível acompanhar o encaminhamento das ações tomadas por parte da empresa.</p>	
<p>Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Planilha “demandas impactos 2018”; entrevista com partes interessadas; entrevista com colaboradores.</p>	
<p><i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i></p>	
<p>Ação Imediata (quando aplicável)</p>	<p>N/A.</p>
<p>Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:</p>	<p>O Procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – onde se determina o fluxo adequado de atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo não foi seguido adequadamente.</p>
<p>Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>O EMF deve seguir o procedimento PPG 01.00183 – ‘Comunicação e Relacionamento com as Partes Interessadas’ – o qual regula o adequadamente o atendimento a queixas, demandas e sugestões de Público externo por meio de uma plataforma online de gestão de fluxo de solicitações denominado como ‘SOCIAL’.</p>
<p>Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)</p>	<p>Em 2018, realinou-se internamente o processo de registro e gestão de demandas e impactos de partes interessadas, e todas os registros passaram a ser inseridos no Social/Sispart, independente do canal de comunicação e diálogo de origem. (20182809_realinhamentosocial.pdf; FLUXOGRAMA_GESTÃO-SOCIAL_2019.xlsx).</p> <p>A partir de outubro de 2018, passou-se a apresentar mensalmente, na Reunião de Resultados da Unidade, os indicadores das reclamações recebidas e em janeiro de 2019 apresentamos uma análise crítica das reclamações recebidas durante o ano de 2018 (REOPE UNF MA_RS_out2018.pdf; RESPONSABILIDADE SOCIAL - REOP JAN-19.pdf).</p> <p>A fim de garantir que as ocorrências sejam registradas foi realizado, em diversas reuniões operacionais, a disseminação dos indicadores e a solicitação de apoio para direcionar as ocorrências para a área de Desenv. Social, para o registro das mesmas. Desta forma procedemos com a sensibilização dos gestores operacionais quanto a necessidade e importância de registrar os impactos, demandas e ocorrências na plataforma Sispart (Social). Também divulgamos a importância de registrar as ocorrências na <i>newsletter</i> da unidade (listaspresencas.zip; Print Acontece UNF.MA SISPART - SOCIAL.jpg).</p> <p>No final do primeiro semestre de 2019, realizamos uma análise crítica dos impactos ocorridos em 2018 e comparados aos ocorridos do primeiro semestre de 2019, evidenciando a evolução dos registros, já perceptível em 2019, devido tanto a colaboração das áreas operacionais, quanto ao aumento da equipe de Desenvolvimento Social, permitindo que o diálogo ocorra de forma mais eficiente e abrangente (controleimpactos1906Suzano.xlsx; analisecriticareclamacoes_2018_0402019.pdf).</p>

Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	- 20182809_realinhamentosocial.pdf - FLUXOGRAMA_GESTÃO-SOCIAL_2019.xlsx - REOPE UNF MA_RS_out2018.pdf - RESPONSABILIDADE SOCIAL - REOP JAN-19.pdf - listaspresenças.zip - Print Acontece UNF.MA SISPART - SOCIALL.jpg - controleimpactos1906Suzano.xlsx - analisecriticareclamacoes_2018_0402019.pdf
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	<p>Para manter o registro de todos os comentários e reclamações recebidas, medidas de mitigação implementadas e respostas às partes afetadas, o Setor de Desenvolvimento Social realizou a integração da Estratégia de Sustentabilidade e do Fluxo da Gestão Social, com a Área Operacional da empresa (Silvicultura, Colheita Transporte e Comunicação), afim de concentrar todas as informações no Sistema de Partes Interessadas (SISPART). No SISPART, foi verificado que estão sendo registradas as comunicações recebidas por diferentes canais: Floresta Viva Suzano Responde, Agenda Presencial, E-mail Suzano e Diálogo Operacional e aquelas recebidas diretamente pela equipe social (ramal telefônico e celular).</p> <p>Para a avaliação da melhoria, a empresa realizou uma análise crítica das reclamações recebidas, onde foi constatado que várias comunicações recebidas estavam sem tratativas e sem respostas às partes afetadas, ou que não estavam sendo registradas no SISPART. Foi visto que no ano de 2018 a empresa recebeu 43 reclamações, sendo 15 no primeiro semestre. Somente no primeiro semestre de 2019, foram recebidas 30 reclamações, um aumento de 100% em relação ao mesmo período de 2018, demonstrando que a empresa melhorou a sistemática de registros das comunicações recebidas.</p> <p>Com base na análise crítica, a empresa deu início a implementação de novas estratégias para a divulgação do Suzano Responde, principal canal de comunicação, mas o menos utilizado pelas partes interessadas e afetadas.</p> <p>Em análise junto ao SISPART, relatórios de visitas e em entrevistas junto às comunidades vizinhas a UMF, foi verificado que a empresa está divulgando os canais de diálogos, registrando os impactos, implementando ações de mitigação e dando respostas às partes impactadas pelas atividades de manejo florestal.</p> <p>Ainda, com relação à recuperação do açaizal utilizado pela comunidade, foi evidenciado, conforme verificado em consulta pública e relatório da empresa, que em 2017 cerca de 69,7 hectares de floresta nativa do Bloco Eldorado foram consumidos por incêndios florestais. A ocorrência causou danos a uma</p>

	<p>parte dos açazais, importante fonte de renda dos moradores da Comunidade do KM 1.700. Conforme demonstrado em relatório técnico, mapa e registro fotográfico, a Gerência de Meio Ambiente já realizou a restauração de cerca de 15,1 hectares, fazendo o plantio de 1.100 mudas de açaí da espécie <i>Euterpe oleracea</i>. Conforme Ata datada de 03/07/2019, os resultados das atividades de restauração foram apresentados a Comunidade do KM 1.700.</p> <p>Evidências avaliadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia_Sustentabilidade_UN MA_mai2019.pptx - FLUXOGRAMA_GESTÃO-SOCIAL_2019.xlsx - Planilha - controle impactos1905.xlsx - Sispart extratosocialjun-2019.xlsx - Análise crítica reclamacoes_2018.pdf - REOPE UNF MA_RS_out2018.pdf - RESPONSABILIDADE SOCIAL - REOP JAN-19.pdf - listaspresenças.zip; Print Acontece UNF.MA SISPART - SOCIALL.jpg - Recuperação AAVC Eldorado V01 - Ata recuperação de açazal Eldorado assinada (1) - Entrevistas com membros de comunidades vizinhas à UMF
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

Constatação Número: 2018-08	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input checked="" type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	Portaria do Inmetro nº 547 de 25 de outubro de 2012, Tratamento de Reclamações, item 5
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
<p>Não conclusão do plano de ação da NC menor 2017-08: “Embora o EMF possua tratativas implementadas referentes às reclamações recebidas, não é realizada uma análise crítica anual das reclamações recebidas e evidências da implementação das correspondentes ações corretivas, bem como das oportunidades de melhorias, registrando seus resultados.”</p> <p>A empresa apresentou evidências de análise crítica parcial das reclamações de 2018. Porém, considerando que o plano de ação da empresa tem prazo de conclusão apenas para janeiro/2019 a NC menor foi mantida em aberto para acompanhamento das tratativas e conclusão do plano de ação corretiva.</p>	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria):	
Relatório de acompanhamento das reclamações/impactos e análise crítica parcial.	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	A empresa não apresentou uma análise crítica completa das ocorrências de 2018, propondo entregar o mesmo após a conclusão do ano.
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	Estabelecer indicadores, metas para tratativa de reclamações e impactos e análise crítica.
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	A partir de outubro de 2018, passou-se a apresentar mensalmente, na Reunião de Resultados da Unidade, os indicadores das reclamações recebidas e em janeiro de 2019 apresentamos uma análise crítica das reclamações recebidas durante o ano de 2018 (REOPE UNF MA_RS_out2018.pdf; RESPONSABILIDADE SOCIAL - REOP JAN-19.pdf). No final do primeiro semestre de 2019, realizamos uma análise crítica dos impactos ocorridos em 2018 e comparados aos ocorridos do primeiro semestre de 2019, evidenciando a evolução dos registros, já perceptível em 2019, devido tanto a colaboração das áreas operacionais, quanto ao aumento da equipe de Desenvolvimento Social, permitindo que o diálogo ocorra de forma mais eficiente e abrangente (controleimpactos1906Suzano.xlsx; analisecriticareclamacoes_2018_0402019.pdf).
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input checked="" type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	- REOPE UNF MA_RS_out2018.pdf - RESPONSABILIDADE SOCIAL - REOP JAN-19.pdf - controleimpactos1906Suzano.xlsx - analisecriticareclamacoes_2018_0402019.pdf
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	A empresa realizou uma análise crítica das reclamações recebidas, onde foi constatado que várias comunicações recebidas estavam sem tratativas e conseqüentemente sem respostas às partes afetadas, e ainda que não estavam sendo registradas no SISPART. Foi visto que no ano de 2018 a empresa recebeu 43 reclamações, sendo 15 no primeiro semestre. Somente no primeiro semestre de 2019, foram recebidas 30 reclamações, um aumento de 100% em relação ao mesmo período de 2018, demonstrando que a empresa melhorou a sistemática de registros das comunicações recebidas. Com base na análise crítica, a empresa deu início a implementação de novas estratégias para a divulgação do Suzano Responde, principal canal de comunicação, mas o menos utilizado pelas partes interessadas e afetadas.

	Evidências avaliadas: <ul style="list-style-type: none"> - Estratégia_Sustentabilidade_UN MA_mai2019.pptx - FLUXOGRAMA_GESTÃO-SOCIAL_2019.xlsx - Planilha - controle impactos1905.xlsx - Sispart extratosocialjun-2019.xlsx - Análise crítica reclamacoes_2018.pdf - REOPE UNF MA_RS_out2018.pdf - RESPONSABILIDADE SOCIAL - REOP JAN-19.pdf - Entrevistas com membros de comunidades vizinhas à UMF
Situação atual da NC/OM:	<input checked="" type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (<i>consulte descrição acima</i>)

4.2 Novas Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria

Constatação Número: 2019-01	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input checked="" type="checkbox"/> NC menor <input type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input checked="" type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	1.2 d
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF apresentou uma planilha denominada <i>Conflitos Fundiários 2018</i> contendo as ocorrências existentes na UMF, sendo uma parte em status “finalizada” e outra parte em status “andamento”. Entre aquelas em andamento estão relatadas duas situações de reivindicação de direito de posse envolvendo áreas das fazendas Itaparica (São Francisco do Brejão-MA) e Catingueiro (Porto Franco-MA). Na Fazenda Catingueiro, uma família alega ocupar uma área de 52 ha há mais de 27 anos. Apesar de demonstrar que tem conhecimento da situação desde a aquisição da fazenda (2010), a empresa não evidenciou encaminhamentos para a resolução da questão.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): - Planilha de Conflitos Fundiários 2018 - Entrevista com equipe do Setor Inteligência Patrimonial - Entrevista com responsável pela Área Jurídica - Relatório de Inventário Social e Diálogo Operacional da Área de Desenvolvimento Social	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (<i>quando aplicável</i>)	
Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (<i>incluindo qualquer evidência</i>)	

<i>encaminhada)</i>	
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) <i>(incluindo qualquer evidência encaminhada)</i>	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input checked="" type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão <i>(consulte descrição acima)</i>

Constatação Número: 2019-02	
Selecione uma: <input type="checkbox"/> NC maior <input type="checkbox"/> NC menor <input checked="" type="checkbox"/> OM	
NC/OM emitida para (quando mais de uma UMF):	
Prazo para apresentação da ação corretiva (ou ação de melhoria) e do seu plano de implementação	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Indicador(es) Cerflor:	2.2.a
Não conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): O EMF possui mapas de uso de solo das fazendas e possui uma plataforma on-line (GIS-online) para realização de atualizações e ações de monitoramento na UMF. Apesar disso, nas inspeções de campo à Fazenda Coqueiral foi evidenciado, pontualmente, algumas inconsistências em relação à verdade terrestre do mapa da propriedade, como por exemplo, pontos de captação de água e estradas.	
Evidência da Não Conformidade (ou Oportunidade de Melhoria): Mapa da Fazenda Coqueiral	
<i>Os campos destacados em verde abaixo devem ser preenchidos pelo Empreendimento de Manejo Florestal (EMF)</i>	
Ação Imediata (quando aplicável)	

Análise da Causa Raiz determinada pelo EMF:	
Ação Corretiva determinada pelo EMF (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
Plano de Implementação da Ação Corretiva (ou Ação de Melhoria) (incluindo qualquer evidência encaminhada)	
Parecer da Sysflor sobre o plano de implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Aceito <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)
Prazo para implementação da ação corretiva (ou ação de melhoria)	<input type="checkbox"/> Pré-condição para certificação <input type="checkbox"/> 3 meses a partir da emissão do Relatório Final <input type="checkbox"/> Próxima Auditoria (Inspeção ou reavaliação) <input checked="" type="checkbox"/> Resposta é opcional (Apenas Oportunidade de Melhoria) <input type="checkbox"/> Outro prazo (especifique):
Evidência de implementação da ação corretiva definida no plano de ação (ou ação de melhoria)	
Revisão da SysFlor (Análise de eficácia)	
Situação atual da NC/OM:	<input type="checkbox"/> Fechada <input type="checkbox"/> Outra decisão (consulte descrição acima)

5. COMENTÁRIOS DE PARTES INTERESSADAS

De acordo com os protocolos da Sysflor, consulta às principais partes afetadas foi um componente integral do processo de avaliação. A consulta foi realizada antes, durante e após a avaliação em campo. Os objetivos distintos das consultas foram solicitar informações das partes afetadas sobre os pontos fortes e fracos do manejo da EMF relativo ao padrão e sobre a natureza da interação entre a empresa e as comunidades vizinhas.

5.1 Grupos de Partes Interessadas Consultadas

Grupos de partes interessadas relevantes para esta avaliação foram identificados com base na lista das partes interessadas da EMF e contatos adicionais de outras fontes. Os seguintes tipos de grupos e indivíduos foram determinados como partes interessadas principais:

Gerência e funcionários do EMF
Consultores Florestais
Empresas prestadoras de serviços
Proprietários adjacentes
Organizações cívicas e de interesse social, locais e regionais
Órgãos Governamentais
Membros e/ou representantes tribais pertinentes
Organizações ambientais e conservacionistas locais e regionais
Órgãos federais, estaduais e municipais

As atividades de consulta às partes interessadas foram organizadas de maneira a dar aos participantes a oportunidade de fazer comentários, de acordo com as categorias gerais de interesses, com base nos requisitos do CERFLOR.

5.2 Resumo dos comentários das partes interessadas e respostas dadas pela equipe onde aplicáveis

A tabela abaixo apresenta um resumo dos principais comentários recebidos das partes interessadas e as respostas da equipe de avaliação. Quando os comentários das partes interessadas desencadearam investigações durante a avaliação, as ações de acompanhamento e as conclusões da Sysflor estão descritas a seguir.

A Sysflor não recebeu nenhum comentário de partes interessadas como resultado da consulta realizada durante essa auditoria anual.	<input checked="" type="checkbox"/>
---	-------------------------------------

6. DECISÃO DE CERTIFICAÇÃO

6.1 Recomendação de Certificação pela equipe de avaliação

A equipe de auditores avaliou o sistema de gestão do cliente e concluiu que o escopo de certificação (ver item 7 abaixo) está adequado aos requisitos de manejo florestal aplicável.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Com base nos resultados obtidos a equipe de auditores confirma que os objetivos da auditoria foram atingidos.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Considerando que foi(oram) identificada(s) não conformidade(s) maior(es) ou outra situação que possa conduzir à suspensão ou cancelamento da certificação, a equipe de auditores recomenda que seja realizada uma análise crítica por pessoal competente, diferentemente daqueles que realizaram a auditoria, para a determinar se a certificação pode ser mantida.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>
O detentor do certificado tem demonstrado total e contínua conformidade com as normas aplicáveis do Manejo Florestal. A equipe de auditoria da Sysflor recomenda que o certificado seja mantido, sujeito às auditorias de supervisão subsequentes e à resposta do EMF a qualquer Não Conformidade em aberto.	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Para certificação de UMF-múltipla (ou multi-site) o EMF demonstrou que o sistema de gestão controla as atividades em todos os sites, podendo-se prosseguir com a abordagem multi-site.	Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> N/A <input checked="" type="checkbox"/>

Comentários: A Suzano UNF-Maranhão possui um sistema de gestão estruturado, que demonstra plena conformidade com os princípios, critérios e indicadores do padrão CERFLOR. Nenhuma não conformidade maior foi emitida nesta auditoria, comprovando que o sistema de gestão do EMF está implementado e merecedor da manutenção da Certificação CERFLOR, aqui recomendada pela equipe de auditores, que participaram da auditoria anual do manejo florestal e cadeia de custódia em 2019.

6.2 Decisão de Certificação da SysFlor

Com base na verificação realizada neste relatório de auditoria e documentos associados foram constatados os seguintes aspectos:

Análise crítica da decisão de certificação	
As informações fornecidas pela equipe auditora são suficientes em relação aos requisitos e escopo de certificação?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
Os objetivos da auditoria foram atingidos?	Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>
O sistema de gestão certificado do cliente falhou persistentemente ou seriamente em atender aos requisitos de certificação, incluindo os requisitos para eficácia do sistema de gestão?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>

Parecer do responsável pela decisão de certificação	
Com base no relatório de auditoria, recomendação do auditor líder responsável (vide 6.1) e comentários sobre as não conformidades e, onde aplicável, a correção e ações corretivas tomadas pelo cliente, a decisão tomada consta assinalada seguir:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Manutenção do certificado
<input checked="" type="checkbox"/>	Extensão do escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Redução de escopo do certificado
<input type="checkbox"/>	Suspensão do certificado
<input type="checkbox"/>	Cancelamento do certificado
Comentários gerais sobre a decisão: Recomenda-se a manutenção da certificação e o aumento de escopo.	

7. MUDANÇAS NO ESCOPO DA CERTIFICAÇÃO

Não houve alteração no escopo da certificação durante o ano anterior.

Informação do Nome e Contato

Nome da Empresa	Suzano S.A. – UNF Maranhão.
Histórico da Empresa	Em janeiro de 1924, o imigrante Sr. Leon Feffer registrava na junta comercial do Estado de São Paulo a Leon Feffer & Cia, que viria a se tornar mais tarde a Suzano Papel e Celulose. Em 1941, em plena Segunda Guerra Mundial, surgiu a primeira Unidade Industrial, a Fábrica A no bairro do Ipiranga em São Paulo - SP. Em 1946, já colhendo bons frutos da fábrica, o Sr. Leon mudou o nome da empresa para Indústria de Papel Leon Feffer. No final dos anos 40, Max Feffer, o primogênito de Leon Feffer, que estudava música nos Estados Unidos, voltou ao Brasil para

	<p>assumir a função de Vice-Presidente Executivo na Indústria. Uma grande preocupação naquela época era a dependência da celulose importada para a fabricação do papel. Nos anos 50, buscando alternativas à celulose importada, a Suzano foi a pioneira na produção 100% de celulose de eucalipto.</p> <p>A nova produção iniciou-se no moderno parque industrial adquirido em 1956 no município de Suzano, com 240.000 m², estrategicamente localizado entre antigos plantios de eucalipto e próximo do principal mercado consumidor, a cidade de São Paulo. O nome da empresa foi mudado para Companhia Suzano de Papel e Celulose, que na época produzia cerca de 25 t/dia de celulose de eucalipto.</p> <p>Em 1985 surgiu o projeto da Bahia Sul Celulose Joint Venture, em Mucuri – Bahia, formada por 55% de participação da Companhia Vale do Rio Doce e 45% da Cia Suzano, que visava à implantação de uma fábrica de celulose de fibra curta branqueada de eucalipto com capacidade para 500 mil t/ano, e uma máquina de papel de imprimir e escrever com capacidade de 250 mil t/ano. Assim, a implantação da nova unidade industrial teve início em 1985 e seu “startup” ocorreu em março de 1992.</p> <p>Em 2001, a Suzano adquiriu a participação da Companhia Vale do Rio Doce na Bahia Sul Celulose. Com a iniciativa, as duas empresas do Grupo, juntas, passaram a ter uma capacidade de produção de 1,2 milhão de toneladas de produtos por ano.</p> <p>Em maio de 2003, visando estar em linha com melhores práticas de governança corporativa, a empresa aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, garantindo dessa forma a transparência nas operações e a qualidade da prestação de contas aos acionistas.</p> <p>Em 2005, a Suzano Papel e Celulose iniciou a implantação de um projeto de expansão de sua planta localizada em Mucuri (BA), “Projeto Mucuri” para construir uma segunda linha de celulose para produção de 1 milhão de toneladas.</p> <p>Em agosto de 2007, o Projeto Mucuri iniciou sua operação, aumentando a capacidade final de produtos da Suzano Papel e Celulose, passando da produção de 1,35 milhão de toneladas para mais de 2,8 milhões de toneladas por ano de papel e celulose. Em março de 2005, ocorreu a aquisição da Ripasa S.A. Celulose e Papel, de forma compartilhada com a VCP, companhia do Grupo Votorantin, com o nome Conpacel. Em dezembro de 2010, a Suzano passou a deter todo o controle da Conpacel, com uma fábrica que tem a capacidade produtiva de 390 mil toneladas anuais de papel, e aproximadamente 650 mil toneladas anuais de celulose.</p> <p>Em 2008, a Suzano – Papel e Celulose S.A. anunciou o seu plano de expansão com a construção de duas novas plantas industriais, uma no Maranhão, outra no Piauí.</p> <p>No Maranhão assinou com o governo um protocolo de compromissos para construção da fábrica para a produção de celulose, como parte dos investimentos para o período de 2009-2013. O empreendimento em fase final de construção envolve a implantação da base florestal (MA e TO) com o plantio de floresta de eucalipto para suprir a demanda da fábrica, cuja capacidade de produção prevista é de 1,3 milhão de toneladas de celulose, com investimento da ordem de 1,8 bilhão de dólares. Visando ao abastecimento dessa unidade</p>
--	---

	<p>fabril, a empresa adquiriu áreas florestais da Vale S.A (ferro gusa), objeto do escopo da certificação CERFLOR.</p> <p>A Suzano constitui-se como uma sociedade anônima, de capital aberto, controlada pela empresa Suzano Holding e pertencente ao Grupo Suzano. Sua base acionária encontra-se pulverizada pelos principais mercados de capitais do mundo (43% de free float). A empresa é resultado da fusão, concluída em 14 de janeiro de 2019, das empresas Suzano Papel e Celulose S.A. e Fibria Celulose S.A. De modo integrado, a empresa atua há mais de 95 anos no setor de base florestal e na produção de celulose, papel e produtos gráficos. O empreendimento destaca-se como o maior produtor global de celulose de fibra curta de eucalipto e como um dos 10 maiores produtores de celulose do mundo.</p>		
Pessoa responsável pelo manejo	Pollianne Dionor Schwabe		
Endereço	Avenida Newton Bello s/n, Bairro Santa Rita (Estrada do Arroz, km 13, Povoado Bacaba), Imperatriz, MA, CEP: 65919-050	Telefone	(11) 3503-9199
		Fax	-
		e-mail	polliannes@suzano.com.br
		Website	www.suzano.com.br

Informação para Venda CERFLOR

<input checked="" type="checkbox"/> Informações de Contato para Vendas igual ao acima.			
Pessoa de contato para venda de produtos CERFLOR			
Endereço		Telefone	
		Fax	
		e-mail	
		Website	

Escopo do Certificado

Tipo do Certificado	<input checked="" type="checkbox"/> UMF única	<input type="checkbox"/> UMF múltiplas (ou multi-site)
	<input type="checkbox"/> Grupo	
Membros de Grupo (<i>se aplicável</i>)	N/A	
Número de UMFs no escopo do certificado	01	
Localização Geográfica das UMFs	<i>Latitude & Longitude:</i> 5° 20' 32,683" S e 47° 43' 31,947" W	
Área florestal total no escopo da certificação de manejo:		Unidade: <input checked="" type="checkbox"/> ha
Manejo privado	404.082,64	
Manejo estatal	0	
Manejo comunitário	0	
Divisão da UMF em unidades manejáveis:		
As unidades de áreas manejáveis da UMF são as fazendas. Estas, por sua vez, são divididas em talhões, denominados de UP (Unidades de Produção), onde ocorrem as operações.		

Lista das propriedades no escopo de certificação

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Açucena I	Paragominas	Arrendamento	2002,15	711,38	47,10	1243,67
Açucena II	Paragominas	Arrendamento	809,50	229,10	20,87	559,53
Agropastoril União	Ulianópolis	Arrendamento	1497,32	617,79	34,10	845,43
Água Limpa	Ulianópolis	Arrendamento	521,96	205,23	18,13	298,60
Água Nascente	Dom Eliseu	Arrendamento	913,27	424,01	20,49	468,77
Aguapi	Ulianópolis	Arrendamento	352,72	163,81	6,84	182,07
Aldeia	São Pedro dos Crentes	Própria	208,77	114,56	8,52	85,69
Aliança 2 QG	Itinga do Maranhão	Própria	1489,14	951,38	60,73	477,03
Alto Bonito	Estreito	Própria	787,06	355,12	48,65	383,29
Alvaluz	Bom Jardim	Própria	4674,44	3154,93	139,18	1380,33
Alvorada	Imperatriz	Arrendamento	1196,58	752,30	48,69	395,59
Angelim	Paragominas	Arrendamento	842,97	392,66	28,75	421,56
Anna Paula Pecuária	Açailândia	Arrendamento	799,31	357,19	34,75	407,37
Aracruz	Rondon do Pará	Arrendamento	302,17	126,59	10,19	165,39
Araguari	Araguatins	Própria	474,05	225,82	8,12	240,11
Arizona	Ulianópolis	Arrendamento	1715,39	702,47	57,74	955,18
Atalaia	Ulianópolis	Arrendamento	929,64	310,20	18,53	600,91
Bacabá	Estreito	Própria	1010,76	476,40	27,13	507,23
Bacabal	Sítio Novo	Própria	225,06	111,33	6,36	107,37
Bacabinha	Estreito	Própria	834,29	499,83	27,47	306,99
Bacuri	Estreito	Própria	1308,49	73,27	17,27	1217,95
Baixa Alegre	Paragominas	Arrendamento	870,43	375,84	18,31	476,28
Bandeirantes	Dom Eliseu	Arrendamento	295,24	134,68	6,29	154,27
Barreiro	Araguatins	Própria	44,64	28,52	0,98	15,14
Bela Manhã QG	Açailândia	Própria	440,69	370,09	14,79	55,81
Bloco Grota	Estreito	Própria	1517,23	578,44	39,30	899,49
Boa Esperança	Cidelândia	Própria	9863,43	3640,31	275,95	5947,17
Boa Esperança III	São Pedro da Água Branca	Própria	1591,92	1024,73	45,89	521,30
Boa Esperança JS	Paragominas	Arrendamento	2251,66	624,32	49,94	1577,40
Boa Esperança (Kyt)	Açailândia	Arrendamento	2358,23	1043,94	36,95	1277,34
Boa Fé	Cidelândia	Própria	955,27	411,92	25,33	518,02
Boa Sorte 2	Açailândia	Arrendamento	1347,42	888,17	46,84	412,41
Boa Sorte QG	Bom Jardim	Própria	1937,67	1074,83	43,71	819,13
Boa Vista III	Vila Nova dos Martírios	Própria	99,94	67,66	3,09	29,19
Boa Vista QG	Açailândia	Própria	3154,17	2259,05	115,14	779,98
Boa Vista VF	Dom Eliseu	Arrendamento	243,14	79,02	14,34	149,78
Boas Novas	Dom Eliseu	Arrendamento	233,46	127,35	2,86	103,25
Boas Novas II	Dom Eliseu	Arrendamento	471,11	167,97	12,50	290,64

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Bom Jesus	Dom Eliseu	Arrendamento	153,06	58,93	3,10	91,03
Bonanza	Paragominas	Arrendamento	2874,62	1171,99	52,67	1649,96
Cachoeira	Paragominas	Arrendamento	1595,99	379,00	35,90	1181,09
CAJURU QG	Açailândia	Própria	776,80	659,09	24,30	93,41
Califórnia	Paragominas	Arrendamento	3352,44	927,88	46,89	2377,67
Campo Alegre	Vila Nova dos Martírios	Própria	375,84	258,79	11,30	105,75
Campo Alegre A	São Francisco do Brejão	Arrendamento	169,41	79,36	8,87	81,18
Campo Alegre B	São Francisco do Brejão	Arrendamento	299,37	152,93	7,06	139,38
Canaã	Açailândia	Arrendamento	4327,63	2078,54	149,78	2099,31
Capixaba	Vila Nova dos Martírios	Própria	332,25	148,71	9,58	173,96
Caraíba Velha	Feira Nova do Maranhão	Própria	205,68	99,51	5,66	100,51
Catingueiro	Feira Nova do Maranhão	Própria	3348,85	1699,75	75,05	1574,05
Cerradão	Palmeiras do Tocantins	Própria	1356,61	516,89	16,01	823,71
Céu Azul	Rondon do Pará	Arrendamento	205,60	92,77	5,49	107,34
Chale II	Paragominas	Arrendamento	2559,64	761,83	45,02	1752,79
Chapada Alegre I	Dom Eliseu	Arrendamento	801,63	407,84	17,84	375,95
Chapada Alegre II	Dom Eliseu	Arrendamento	1684,66	616,65	92,26	975,75
Chapada Grande	Buritirana	Própria	3175,20	824,98	66,85	2283,37
Conquistadora	Ulianópolis	Arrendamento	1101,21	421,88	24,20	655,13
Cristalina e Nova	Araguatins	Própria	549,90	192,10	6,01	351,79
Deus Proverá	Dom Eliseu	Arrendamento	39,75	17,84	1,44	20,47
Dois Irmãos	Estreito	Arrendamento	1785,00	387,74	34,57	1362,69
Dois Rios	Ulianópolis	Arrendamento	378,67	143,26	16,64	218,77
Efraim	Dom Eliseu	Arrendamento	439,40	179,53	6,51	253,36
Eldorado	Imperatriz	Própria	8991,41	3858,95	319,03	4813,43
Esperança	Dom Eliseu	Arrendamento	706,11	167,74	12,48	525,89
Esplanada	Dom Eliseu	Arrendamento	1878,32	828,28	32,57	1017,47
Estrela Dalva	Rondon do Pará	Arrendamento	304,39	143,12	4,01	157,26
Fartura	Estreito	Própria	285,71	150,66	4,65	130,40
Fazendinha	Sítio novo	Própria	804,04	344,34	46,23	413,47
Felicidade QG	Itinga do Maranhão	Própria	510,52	317,85	24,23	168,44
Flexa Dupla	Itinga do Maranhão	Arrendamento	1406,68	1031,31	39,51	335,86
Fruto Do Pará	Dom Eliseu	Arrendamento	196,60	61,93	14,73	119,94
Grupo Barbalho	Paragominas	Arrendamento	7073,06	2166,82	230,97	4675,27
Grupo Entre Rios	Ulianópolis	Arrendamento	1611,44	578,99	36,84	995,61
Grupo Pandolfi	Ulianópolis	Arrendamento	2971,69	791,40	86,14	2094,15
Guaciara II	Paragominas	Arrendamento	1365,44	511,59	24,11	829,74

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Guarazinho	São Pedro dos Crentes	Própria	4634,16	2624,60	109,84	1899,72
Inajá 2 QG	Açailândia	Própria	396,14	379,70	12,19	4,25
Inajá QG	Açailândia	Própria	449,84	387,40	11,85	50,59
Independência	Ulianópolis	Arrendamento	2006,79	843,22	37,10	1126,47
Itabaiana	Açailândia	Própria	2149,47	279,43	14,19	1855,85
Itaparica	São Francisco do Brejão	Própria	1180,42	610,63	26,62	543,17
Jacamim	Ulianópolis	Arrendamento	8801,03	4008,52	247,53	4544,98
JUMBO QG	Açailândia	Própria	1199,82	866,81	72,52	260,49
Jurema	São Pedro da Água Branca	Própria	20708,53	11123,10	683,26	8902,17
Lael	Dom Eliseu	Arrendamento	493,36	214,89	10,49	267,98
Lago Dourado	Dom Eliseu	Arrendamento	511,95	149,76	12,93	349,26
Lagoa Da Floresta	Dom Eliseu	Arrendamento	1179,03	523,53	22,64	632,86
Lajeado	Sítio Novo	Própria	283,96	124,84	15,55	143,57
Leoandra	Dom Eliseu	Arrendamento	814,35	200,08	17,83	596,44
Leonam	Riachinho	Própria	771,40	343,79	18,70	408,91
Lírio Do Vale	Dom Eliseu	Arrendamento	458,71	206,59	6,54	245,58
Lírio Do Vale III	Dom Eliseu	Arrendamento	339,75	173,69	10,11	155,95
MAAB I	Angico	Própria	1679,87	508,77	21,22	1149,88
MAAB II	Riachinho	Própria	271,70	36,45	3,60	231,65
MAAB III	Ananás	Própria	1934,20	1249,23	50,36	634,61
Mangueira	São João do Paraíso	Própria	554,77	158,96	10,57	385,24
Mangueira 2 QG	Açailândia	Própria	233,75	171,35	9,91	52,49
Maria Izabel QG	São Bento do Tocantins	Própria	3828,67	1631,02	95,15	2102,50
Megabyte II	Dom Eliseu	Arrendamento	1274,68	420,22	32,58	821,88
Meinara	Paragominas	Arrendamento	5375,09	1192,17	85,52	4097,40
Menino Jesus	Ulianópolis	Arrendamento	2133,23	854,41	35,34	1243,48
Miarim	Estreito	Própria	2123,69	1128,52	53,04	942,13
Mironga	Paragominas	Arrendamento	14057,25	5083,33	229,47	8744,45
Monte Alegre	Cidelândia	Própria	1229,30	592,13	69,36	567,81
Monte Cristo	Paragominas	Arrendamento	4395,60	935,07	68,81	3391,72
Monte Líbano	Açailândia	Própria	6620,67	3376,56	341,82	2902,29
Monte Sinai	Dom Eliseu	Arrendamento	244,24	99,67	3,53	141,04
Muquém	Palmeiras do Tocantins	Própria	967,99	528,96	22,45	416,58
Nebulosa QG	Açailândia	Própria	857,70	608,96	30,47	218,27
Nossa Senhora Aparecida	Bom jardim	Arrendamento	914,61	300,10	20,69	593,82
Nossa Senhora Aparecida (Sete Flechas)	Darcinópolis	Própria	1097,23	650,15	29,62	417,46
Nova Descoberta QG	Itinga do Maranhão	Própria	16687,33	9946,25	544,98	6196,10
Novo Horizonte	Dom Eliseu	Arrendamento	291,60	75,41	8,68	207,51

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Novo Progresso	Dom Eliseu	Arrendamento	496,45	174,47	14,64	307,34
Ouro Achado e São José	Açailândia	Própria	388,50	241,89	57,88	88,73
Palmares	São João do Paraíso	Própria	1057,48	554,54	26,47	476,47
Pancera	Dom Eliseu	Arrendamento	490,31	208,37	5,36	276,58
Paraíso	Paragominas	Arrendamento	4217,80	1010,72	68,64	3138,44
Paulista	Dom eliseu	Arrendamento	284,36	97,03	13,56	173,77
Pequiá QG	Açailândia	Própria	61,0370	56,83	4,20	0,01
Peregrino I	Dom Eliseu	Arrendamento	246,86	222,89	8,84	15,13
Peregrino II	Dom Eliseu	Arrendamento	303,65	196,25	6,66	100,74
Peregrino III	Dom Eliseu	Arrendamento	393,69	184,96	6,82	201,91
Peregrino IV	Dom Eliseu	Arrendamento	326,43	173,14	4,15	149,14
Pioneira	Vila Nova dos Martírios	Própria	678,78	294,26	19,85	364,67
Pitanga Do Maranhão	Estreito	Arrendamento	438,43	241,69	16,05	180,69
Planalto	Governador Edison Lobão	Própria	659,81	311,25	21,02	327,54
Pontal	Bom Jardim	Arrendamento	14160,43	7796,67	258,73	6105,03
Pontal QG	Bom Jardim	Própria	1255,67	878,45	35,76	341,46
Pontal 2 QG	Açailândia	Própria	640,38	443,76	22,94	173,68
Pratinha	Riachão	Própria	691,86	330,78	18,67	342,41
Princípio	Governador Edison Lobão	Própria	208,64	110,35	2,72	95,57
Riachinho	Darcinópolis	Própria	226,97	107,38	8,11	111,48
Rio Bonito	Dom Eliseu	Arrendamento	987,68	374,38	46,71	566,59
RIO BURITI QG	Bom Jesus das Selvas	Própria	7808,58	3980,63	281,35	3546,60
Rio Doce	Paragominas	Arrendamento	2991,21	706,56	47,98	2236,67
Rio Dourado QG	Santa luzia	Própria	7872,27	1385,97	99,86	6386,44
Rodominas	Bom Jesus das Selvas	Arrendamento	8235,98	2740,98	129,45	5365,55
Salem	Dom Eliseu	Arrendamento	721,69	344,00	9,53	368,16
Samaypata	Paragominas	Arrendamento	406,15	189,18	8,80	208,17
Santa Catarina	Açailândia	Arrendamento	5721,96	2944,47	138,64	2638,85
Santa Cruz QG	Açailândia	Arrendamento	6509,29	1277,37	83,32	5148,60
Santa Fé	Dom Eliseu	Arrendamento	3165,60	1115,23	72,40	1977,97
Santa Luzia	Açailândia	Arrendamento	575,73	264,56	21,24	289,93
Santa Maria	Dom Eliseu	Arrendamento	1803,55	617,66	54,33	1131,56
Santa Maria HM	Dom Eliseu	Arrendamento	1186,56	521,92	12,63	652,01
Santa Maria QG	Açailândia	Própria	1777,97	1496,42	42,52	239,03
Santa Marta QG	Açailândia	Própria	2778,38	2418,36	145,79	214,23
Santa Rita	Dom Eliseu	Arrendamento	965,84	303,55	28,40	633,89
Santa Tereza	Dom Eliseu	Arrendamento	533,45	167,34	9,61	356,50
Santa Tereza I	Ulianópolis	Arrendamento	744,03	184,79	24,23	535,01
Santa Tereza II	Ulianópolis	Arrendamento	579,80	167,09	11,98	400,73

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Santo Antônio Da Barra	Dom Eliseu	Arrendamento	1926,26	743,89	45,91	1136,46
São Bento	Açailândia	Própria	11826,26	4617,46	130,76	7078,04
São Francisco I	Sítio Novo	Própria	624,23	366,96	12,68	244,59
São Francisco II	Sítio Novo	Própria	1616,95	903,68	33,05	680,22
SÃO GERALDO QG	Itinga do Maranhão	Própria	1045,82	468,86	20,40	556,56
São João	Imperatriz	Própria	646,42	125,17	7,60	513,65
São João - Ulianópolis	Ulianópolis	Arrendamento	486,69	190,51	7,27	288,91
São João Batista	Estreito	Própria	125,44	55,00	5,04	65,40
São José - Dom Eliseu	Dom Eliseu	Arrendamento	573,72	196,39	13,65	363,68
São José - Ulianópolis	Ulianópolis	Arrendamento	486,92	164,41	6,90	315,61
São José III	Cidelândia	Própria	1187,48	369,66	26,20	791,62
São Lourenço	Vila Nova dos Martírios	Própria	147,74	125,65	6,17	15,92
São Lucas	Vila Nova dos Martírios	Própria	524,35	390,88	17,10	116,37
São Paulo	Cidelândia	Própria	329,68	147,59	0,32	181,77
São Pedro	Dom Eliseu	Arrendamento	4446,89	2114,02	109,23	2223,64
São Pedro PA	Dom Eliseu	Arrendamento	345,94	160,31	7,64	177,99
São Roque	Darcinópolis	Própria	900,89	278,80	23,95	598,14
São Sebastião	Estreito	Própria	1171,01	561,82	39,13	570,06
Sapucaia - MA	Estreito	Própria	1072,14	441,05	34,48	596,61
Sayonara	Paragominas	Arrendamento	2856,54	502,66	31,93	2321,95
Século XXI	Ulianópolis	Arrendamento	487,19	236,00	8,34	242,85
Senhor Do Bonfim	Paragominas	Arrendamento	587,27	227,24	12,49	347,54
Senhor Do Bonfim I	Paragominas	Arrendamento	1848,3500	684,66	29,15	1134,54
Senhor Do Bonfim II	Paragominas	Arrendamento	1855,5400	545,42	25,79	1284,33
Serra	São Francisco do Brejão	Arrendamento	4050,77	2105,28	118,75	1826,74
Serra Branca	Imperatriz	Própria	292,82	9,06	1,19	282,57
Surpresa	Dom Eliseu	Arrendamento	2198,09	1225,27	40,63	932,20
Taboleiro Do Meio	Feira Nova do Maranhão	Própria	881,97	559,37	14,10	308,50
Tabuleiro	Estreito	Própria	1273,29	602,35	55,34	615,60
Tamboril	Angico	Própria	4325,17	1703,39	124,26	2497,52
Taquari	São Pedro dos Crentes	Própria	1009,47	530,63	34,49	444,35
Terra Roxa	Dom Eliseu	Arrendamento	318,01	127,40	11,68	178,93
Tobasa	Araguatins	Própria	553,01	287,36	11,31	254,34
Toca Da Onça	Sítio Novo	Arrendamento	2147,73	905,79	51,34	1190,60
Vai E Vem	Paragominas	Arrendamento	1344,6700	282,53	32,71	1029,43
Vale Do Rio Feio	Estreito	Própria	187,25	33,78	5,74	147,73

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas de Conservação (ha)
Veneza Lote 31-A	Dom Eliseu	Arrendamento	365,66	100,27	10,22	255,17
Veneza Lote 48 E 49	Dom Eliseu	Arrendamento	503,19	126,37	15,23	361,59
Verão Vermelho	Cidelândia	Própria	612,57	205,55	30,95	376,07
Vida Nova	Ulianópolis	Arrendamento	1249,77	360,28	25,51	863,98
Açucena I	Paragominas	Arrendamento	2002,15	711,38	47,10	1243,67
			364.743,60	158.310,16	9.305,85	197127,6

Áreas avaliadas para inclusão no escopo do certificado em 2019

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Outros usos (ha)	Áreas Remanescentes (ha)
Argentina	Itinga do Maranhão	Arrendamento	274,86	218,06	1,45	55,35
Bandeirantes	São Francisco do Brejão	Arrendamento	1074,89	541,16	13,40	520,33
Cotovelo	Bom Jardim	Arrendamento	9590,17	3731,37	1079,66	4779,14
Estrela Dalva	Açailândia	Arrendamento	1403,10	683,76	38,48	680,86
Janaína	Paragominas	Arrendamento	2460,80	653,07	15,00	1792,73
Jaó / Juriti	Dom Eliseu	Arrendamento	2309,44	1054,67	63,35	1191,42
Limoeiro	Açailândia	Arrendamento	391,23	224,93	16,92	149,38
Marambaia	Açailândia	Arrendamento	682,69	486,03	21,77	174,89
Monte Sinai	Açailândia	Arrendamento	291,58	254,80	11,96	24,82
Nossa Senhora Da Aparecida	Dom Eliseu	Arrendamento	1490,22	589,51	16,02	884,69
Nova Descoberta	Açailândia	Arrendamento	492,91	199,49	7,29	286,13
Pampulha	Itinga do Maranhão	Arrendamento	679,47	386,04	14,11	279,32
Paraíso II	Itinga do Maranhão	Arrendamento	162,71	107,05	9,64	46,02
Pindorama	Itinga do Maranhão	Arrendamento	628,17	379,65	9,38	239,14
Piramide QG	Açailândia	Própria	260,23	218,68	9,85	31,70
Rancho King	Dom Eliseu	Arrendamento	2097,22	633,27	10,02	1453,93
Santa Alegria	Itinga do Maranhão	Arrendamento	499,26	152,94	13,54	332,78
São José – Açailândia	Açailândia	Arrendamento	2987,13	1050,37	36,87	1899,89
São Pedro - Paragominas	Paragominas	Arrendamento	1092,16	499,91	32,59	559,66
Saudade De Minas	Dom Eliseu	Arrendamento	6516,7571	2658,30	109,88	3748,58
Viscaya	Dom Eliseu	Própria	3060,08	747,41	214,81	2097,86
Vitamina (Manoel)	Itinga do Maranhão	Arrendamento	893,9607	330,04	152,33	411,59
TOTAL			39.339,04	15.800,51	1.898,32	21.640,21

Total de áreas certificadas em 2019

Quadro de Áreas	Área Total (ha)	Área de Produção (ha)	Áreas Remanescentes (ha)	Outros Usos (ha)
Escopo Inclusão 2019	39.339,04	15.800,51	21.640,21	1.898,32
Escopo Manutenção	364.743,60	158.310,16	197127,6	9.305,85
Total	404.082,64	174.110,67	218.767,81	11.204,17

Floresta de Produção

Produtos florestais madeireiros	Unidade: <input checked="" type="checkbox"/> ha
Área total da floresta de produção (i.e., florestas de onde a madeira pode ser colhida), classificada como “plantação”.	174.110,67
Sistema(s) Silvicultural(is)	Área sob o tipo de manejo
Manejo equiâneo	174.110,67
Corte-raso (amplitude da extensão do corte-raso)	
Desbaste	
Outro:	
Manejo multiâneo	0
Seleção de árvores individuais	
Seleção em grupos	
Outro:	
<input checked="" type="checkbox"/> Outro: (exemplo, viveiro, área de recreação, quebra vento, bambu, sistema agro-pastoril, sistema florestal, etc.).	11.204,17
Taxa sustentável de colheita (metros cúbicos de tora) ou Área Anual de Corte (hectares), onde for disponível.	5,0 milhões m ³ (s/c)
Produtos florestais não-madeireiros (PFNM)	
Área da floresta protegida da colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, para a produção de PFNM ou serviços.	0
Outras áreas manejadas para PFNM ou serviços	0
Produção comercial anual aproximada de PFNM incluída no escopo do certificado, por tipo de produto.	0
Explicação das pressuposições e referência à fonte de dados sobre as quais as estimativas de colheita foram baseadas:	
As estimativas de colheita são obtidas através de dados de inventário florestal contínuo (IFC), conduzido pela empresa, a partir do segundo ano de implantação da floresta. O IFC gera informações quantitativas e qualitativas dos povoamentos florestais, utilizando-se técnicas de amostragens e ferramentas de estatística. Essas informações são utilizadas para o planejamento florestal de curto, médio e longo prazo.	
Espécies no escopo do certificado: Nome científico/latim (nome comum/comercial).	
<i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbrido de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .	

Produtos

Produtos de madeira
Nome do Produto

Toras e toretes de <i>Eucalyptus grandis</i> , <i>E. urophylla</i> , <i>E. camaldulensis</i> , <i>E. brassiana</i> , <i>E. tereticornis</i> , <i>E. citriodora</i> , <i>E. torelliana</i> , <i>E. pellita</i> e híbridos de <i>E. grandis</i> x <i>E. urophylla</i> .
Produtos florestais não madeireiros
Nome do Produto
Nenhum

Áreas de Conservação

Área com ou sem floresta, protegida contra colheita comercial de madeira e manejada, primariamente, com objetivo de conservação.	218.767,81 ha
--	----------------------

Áreas fora do escopo da certificação (Certificação Parcial/ Excisão)

<input checked="" type="checkbox"/> Requerente possui e/ou maneja outras UMFs que não estão sob avaliação.	
<input type="checkbox"/> Requerente deseja excluir partes da UMF (s) sob avaliação do escopo de certificação.	
Explicação por exclusão das UMFs e/ou excisão:	<p>As áreas da empresa localizadas nas Regiões de Urbano Santos - MA, Caxias - MA e Piauí não foram inclusas no processo de avaliação, por não fazerem parte do escopo de abastecimento da Unidade Fabril de Imperatriz. Entretanto, a certificação dessas áreas está no planejamento da empresa.</p> <p>Os talhões (UPs) 62B146 da Fazenda Boa Fé, 62B253 da Fazenda Boa Esperança, 81B291 da Fazenda Chapada Alegre II e 63B154 e 63A257 da Fazenda Jurema, 65A137 e 65A139 da Fazenda Vitamina (Manoel) e 91G020 da Fazenda Maria Izabel QG, foram retirados do escopo para realização de experimentos.</p> <p>A área do Viveiro da Fazenda Boa Fé foi retirada do escopo por não estar em atividade.</p> <p>As áreas em negociação com INCRA na Fazenda Eldorado (62A 069, 070, 071, 072, 073, 074, 075, 076, 077, 078, 079, 080, 081, 082, 083, 084, 085, 086, 087, 088, 089, 090, 505) estão em processo de desapropriação, portanto, foram retirados do escopo.</p> <p>As áreas de Invasão na Fazenda Jurema e MAAB III, que ficam localizadas juntas aos seus remanescentes, foram retiradas do escopo, até que se defina a sua propriedade, conforme orientação da Certificadora.</p> <p>As áreas de Carvoaria localizadas na Fazenda Rio Dourado e Maria Izabel QG foram retiradas do escopo, pois está em comodato com uma empresa da região para finalizar a produção de carvão.</p> <p>Foram retirados do escopo 549,19 hectares da fazenda Surpresa, localizada no município de Dom Eliseu. A propriedade é arrendada. O EMF fez a retirada do escopo, devido a solicitação do proprietário pra uso próprio, sendo estabelecido aditivo ao contrato.</p> <p>As demais áreas serão certificadas oportunamente, de acordo com o plano tático de colheita.</p> <p>A tabela abaixo apresenta as áreas fora do escopo, que estão inseridas em fazendas certificadas (plantios e vegetação nativa).</p>
Medida de controle para evitar mistura de	Foi desenvolvida metodologia documentada para assegurar a rastreabilidade do produto certificado desde a colheita até a sua

produtos certificados com produtos não certificados (C8.3):	deposição na mesa dos picadores, na fábrica, por meio de identificação (física e digital) e segregação, de modo a assegurar a não contaminação com produto não certificado e assim viabilizar a cadeia de custódia em todas as etapas do manejo.
Descrição das UMFs excluídas ou áreas florestais retiradas do escopo de certificação.	

Imóvel	Município	Área total (ha)
Abalcar	AÇAILÂNDIA	303,55
ACACIA	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	2.807,36
AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO	BOM JESUS DAS SELVAS	6.763,34
Lote 443-D	ARAGUATINS	46,14
Altamira	IMPERATRIZ	816,66
Anajá	ESTREITO	272,03
Amaralina	IMPERATRIZ	550,68
Cabeceira Dos Três Morros	ESTREITO	136,65
Cruzeiro	Imperatriz	745,68
Arco Íris	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	367,64
Maravilha	ESTREITO	214,41
Bela Vista E Outras	ITINGA DO MARANHÃO	971,45
Boa Esperança (Dom Eliseu - arrendamento)	DOM ELISEU	488,21
Boa Esperança (Itinga do MA - arrendamento)	ITINGA DO MARANHÃO	476,52
Boa Esperança I, II e III	AÇAILÂNDIA	389,94
Bola Branca	AÇAILÂNDIA	1.250,74
Morro Alegre	ESTREITO	127,70
Santa Rosa I E II	ESTREITO	1.480,77
São Sebastião Da Nova Olinda	ESTREITO	74,87
Serra Do Olho D'água	ESTREITO	271,52
Campos Lindos	ITINGA DO MARANHÃO	2.321,72
Bonito I	GRAJAÚ	243,02
Bonito II	GRAJAÚ	1.310,39
Chacara São Bento	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	42,51
Rancho Alegre Do Paraná	GRAJAÚ	797,43
Esperança Doraci	DOM ELISEU	268,08
Espora de Prata	AÇAILÂNDIA	572,70
Vargem Bonita	GRAJAÚ	9.993,51
Logradouro	PORTO FRANCO	245,92
Fábrica Imperatriz	IMPERATRIZ	3.946,00
Ferrovias I	IMPERATRIZ	835,87
Ferrovias II	IMPERATRIZ	108,73
Ferrovias III	JOÃO LISBOA	201,55
Paraíso I	PORTO FRANCO	505,50
Franqueza	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	202,66
Alto Da Cruz	RIACHÃO	208,07
Extrema I	RIACHÃO	1.692,87
IM-ITG-15077-BEZERRA I E II, SÃO PAULO, STA TEREZA	ITINGA DO MARANHÃO	114,33
Independência E Outras	AÇAILÂNDIA	816,20
Jardim Alegre	ITINGA DO MARANHÃO	733,24
Js	AÇAILÂNDIA	547,20
Laranjeira	AÇAILÂNDIA	1.847,60

Imóvel	Município	Área total (ha)
Aroeira	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	159,59
Canto Do Mato	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	60,12
Corrente Mutum	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	336,54
Montes Altos (Alcindo)	AÇAILÂNDIA	263,61
Extrema	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	449,45
Nossa Senhora Aparecida	DOM ELISEU	408,06
Nossa Senhora Aparecida	RIBAMAR FIQUENE	841,05
Nova Esperança	AÇAILÂNDIA	176,36
Formigão	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	101,96
Garça Branca	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	246,25
Novo Recanto	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	693,48
Planalto	ULIANÓPOLIS	2.271,90
Preciosa	DOM ELISEU	305,74
Raio de Sol	ITINGA DO MARANHÃO	405,82
Paciência	SÃO JOÃO DO PARAÍSO	44,61
Redenção	ITINGA DO MARANHÃO	3.892,45
SANRAFAEL	JOÃO LISBOA	672,73
Santa Luzia Belmiro	AÇAILÂNDIA	446,00
Santa Maria (própria - Imperatriz)	IMPERATRIZ	3.918,17
Santa Rita (São Francisco do Brejão)	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	141,04
Santa Rosa	IMPERATRIZ	1.319,21
Aguaboa	SÃO PEDRO DOS CRENTES	110,57
Santana	ITINGA DO MARANHÃO	628,55
São Carlos	AÇAILÂNDIA	710,42
São Francisco	ITINGA DO MARANHÃO	2.874,60
São Francisco E Outras	AÇAILÂNDIA	142,94
São João E Outras	JOÃO LISBOA	512,10
São José E Veneza	ITINGA DO MARANHÃO	850,26
São Luís	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO	280,30
Serra (João Lisboa)	JOÃO LISBOA	534,95
Braúna	SÍTIO NOVO	531,79
Sertaneja	IMPERATRIZ	469,55
Cajueiro	SÍTIO NOVO	427,07
Verão Vermelho	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS	2.737,79
Viçosa	AÇAILÂNDIA	1.450,70
Baixa Comprida	PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	412,87
Bela Vista - Timon	TIMON	185,25
Berlenga	PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	732,49
Bevisa	MATÕES	4.595,32
Boa Vista/Retiro Velho	JARDIM DO MULATO	2.646,61
Borges	TIMON	206,95
Cabeceira Do Veríssimo	TIMON	344,02
Calubra	ELESBÃO VELOSO	9.445,86
Calumbi	COLINAS	15.048,16
Cana Brava I	PARNARAMA	8.194,74
Cana Brava II	PARNARAMA	1.579,39
Canoa	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	813,92
Capumba	PALMEIRAIS	41,09
Caraibas	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	5.129,42

Imóvel	Município	Área total (ha)
Castiça	MATÕES	8.945,96
Chapada Ou Baixão Dos Porcos	PASSAGEM FRANCA DO PIAUÍ	682,10
CIRURGIAO	PALMEIRAIS	444,65
Condomínio Barreiros	MATÕES	2.583,55
Condomínio Brejinho	CURRALINHOS	2.106,88
Condomínio Cajuzão	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	2.256,38
Condomínio Canto Da Onça	CAXIAS	390,06
Condomínio Mucambinho	CAXIAS	817,00
Condomínio Nova	TIMON	734,41
Condomínio Novo Maranhão	PARNARAMA	8.260,44
Condomínio Santa Rosa	ELESBÃO VELOSO	2.706,32
Condomínio São Marcos	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	329,89
Condomínio Sobradinho	PARNARAMA	2.253,71
Confiança	PALMEIRAIS	204,15
Criolo	CAXIAS	269,95
Cruzeiro B	IMPERATRIZ	55,36
Elegância E Buritizinho	MONSENHOR GIL	1.235,25
Engenho	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	977,97
Esperança	DOM ELISEU	129,39
BOA ESPERANÇA - SER	CHAPADINHA	368,50
Gado Bravo I	ELESBÃO VELOSO	2.791,85
Garrafão	HUGO NAPOLEÃO	1.417,78
Imbira	MATÕES	47,18
Jatobá	CURRALINHOS	129,47
Lagoa Do Meio - Pavesa	BURITI BRAVO	8.711,74
Marfim - Gleba Norte	HUGO NAPOLEÃO	2.363,03
Morro Redondo	ALTO LONGÁ	664,58
Nova III	PALMEIRAIS	230,07
Novo Estado	PALMEIRAIS	282,77
Novo Horizonte	DOM ELISEU	1.621,77
Padre Bento	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	468,12
Palmeirais - Pau D'Arco	BURITI BRAVO	1.372,21
Palmeiras - Pau D'Arco II	BURITI BRAVO	1.257,54
Pão De Açúcar	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	769,76
Parana	MATÕES	833,67
Porto Santo	MATÕES	76,96
Prata	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	3.278,77
Santa Filomena II	CAXIAS	708,73
São Gonçalo E Gameleira	MATÕES	713,14
São Lourenço E Urubu	TIMON	1.276,10
Sapucaia	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	3.653,93
Serra Do Burro	SÃO PEDRO DO PIAUÍ	521,86
Serra Do Caboclinho	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	635,72
Tabocal	LAGOA DO MATO	3.806,85
Várzea II	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO	1.040,81
Veneza	PALMEIRAIS	788,41
Vista Alegre	MONSENHOR GIL	979,49
Xanto E Cadoz	MONSENHOR GIL	1.106,73
Zundão	HUGO NAPOLEÃO	1.156,62

Imóvel	Município	Área total (ha)
CONDOMINIO AGUA FRIA - U.S	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	1.521,08
CONDOMINIO BARRA DA ONÇA - U.S	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	110,81
CONDOMINIO BARRA DA ONÇA - U.S	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	3.787,28
CONDOMINIO BARROCAO DE CIMA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	314,60
CONDOMINIO BARROCAO DE CIMA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	554,75
CONDOMINIO BOA UNIAO - U.S	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	2.274,92
CONDOMINIO BONFIM	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	1.083,42
CONDOMINIO BONFIM	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	11.175,39
CONDOMINIO BURITI E MACAJUBA - U.S	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	86,56
CONDOMINIO BURITI E MACAJUBA - U.S	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	1.404,89
CONDOMINIO FILADELFIA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	278,25
CONDOMINIO FILADELFIA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	7.591,36
CONDOMINIO MARFLORA I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	920,87
CONDOMINIO MARFLORA II	ANAPURUS	477,67
CONDOMINIO SOBREIRO	URBANO SANTOS	3.431,89
CONDOMINIO TODOS OS SANTOS E JUÇARAL	URBANO SANTOS	872,17
CONDOMINIO VEREDA	ANAPURUS	2.208,93
ESC. 01/02 - BAIXAO	URBANO SANTOS	591,66
ESC. 01/02 - BAIXAO	URBANO SANTOS	836,72
ESC. 07 - MANGABEIRA I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	973,99
ESC. 10 - COND. CUSTÓDIO	URBANO SANTOS	596,32
ESC. 109 - FAZ. CUPIM DA PEDRA	ANAPURUS	706,37
ESC. 11 - MANGABEIRA V	URBANO SANTOS	440,80
ESC. 110 - FAZ. JUÇARAL	URBANO SANTOS	455,63
ESC. 111 - FAZ. MARFLORA	URBANO SANTOS	193,26
ESC. 122 - FAZ. VELHA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	555,94
ESC. 123 - FAZ. MARGUSA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	949,29
ESC. 124 - FAZ. MARGUSA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	715,92
ESC. 126 - FAZ. BURITI SÊCO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	349,51
ESC. 131 - FAZ. SAMBAIBA	BREJO	504,69
ESC. 135 - FAZ. VEADO BRANCO	MILAGRES DO MARANHÃO	479,35
ESC. 145 - FAZ. LARANJEIRA	URBANO SANTOS	628,30
ESC. 147 - FAZ. BAIXÃO II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	1.290,77
ESC. 149 - FAZ. BAIXÃO II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	928,63
ESC. 153 - FAZ. BARRA DA CAMP. II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	303,13
ESC. 154 - FAZ. VERTENTE	URBANO SANTOS	315,45
ESC. 17 - FAZ. SANTA ROSA	MATA ROMA	1.840,27
ESC. 174 - FAZ. MANOEL QUENTE I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	646,87
ESC. 176 - FAZ. CUSTÓDIO II	URBANO SANTOS	86,95
ESC. 18/28 - FAZ. MANGABEIRINHA I, II	URBANO SANTOS	230,59
ESC. 183 - FAZ. BAIXÃO DA COCEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	0,14
ESC. 185 - FAZ. LAGOA CARAIBAS III	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	156,14
ESC. 187 - FAZ. SÃO JOSÉ	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	291,77
ESC. 188 - FAZ. ENGENHO VELHO II	MILAGRES DO MARANHÃO	62,72
ESC. 189 - Faz. Barra da Onça II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	61,58
ESC. 19 - LAGOA DOS COSTA I	URBANO SANTOS	246,74
ESC. 192 - FAZ. ENGENHO VELHO I	MILAGRES DO MARANHÃO	24,35
ESC. 193 - FAZ. CAPÃO IV	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	72,54
ESC. 196 - FAZ. CAPÃO II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	105,43

Imóvel	Município	Área total (ha)
ESC. 197 - FAZ. BAIXÃO DA COCEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	0,00
ESC. 198 - FAZ. LAG. DAS CARAÍBAS VI	MILAGRES DO MARANHÃO	348,94
ESC. 20 - MORADA NOVA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	388,29
ESC. 207 - FAZ. CAMPINEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	35,31
ESC. 208 - FAZ. CAMPINEIRA I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	69,57
ESC. 210 - FAZ. MONTE AZUL I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	2.549,42
ESC. 212 - FAZ. SÃO JOSÉ	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	74,18
ESC. 213 - FAZ. SANTA MARIA	MILAGRES DO MARANHÃO	57,04
ESC. 214 - FAZ. FACÃO II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	43,74
ESC. 215 - FAZ. LAG. DAS CARAÍBAS V	MILAGRES DO MARANHÃO	149,08
ESC. 216 - FAZ. LAG. DAS CARAIBAS IX	MILAGRES DO MARANHÃO	189,92
ESC. 217 - FAZ. LAG. DAS CARAIBAS X	MILAGRES DO MARANHÃO	91,83
ESC. 218 - FAZ. BAIXÃO DA COCEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	0,17
ESC. 219 - FAZ. MILAGRES	MILAGRES DO MARANHÃO	272,97
ESC. 229 - LAG. DAS CARAIBAS IX	BREJO	219,22
ESC. 231 - FAZ. BURITIZINHO I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	91,09
ESC. 241 - FAZ. COCEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	48,43
ESC. 242 - Faz. Facão I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	93,37
ESC. 244 - FAZ. BARRA DA PALMEIRA	SÃO BERNARDO	67,81
ESC. 245 - FAZ. ENXU III	SÃO BERNARDO	528,00
ESC. 247 - FAZ. MANOEL QUENTE IV	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	55,92
ESC. 249 - FAZ. BAIXA SECA	URBANO SANTOS	194,56
ESC. 25 - FAZ. BOA UNIAO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	3.243,86
ESC. 254 - FAZ. MANGABEIRINHA	URBANO SANTOS	609,38
ESC. 256 - FAZ. BAIXA GRANDE	SÃO BERNARDO	424,85
ESC. 257 - FAZ. BAIXA GRANDE I	SÃO BERNARDO	217,87
ESC. 26 - FAZ. PEDRA GRANDE	URBANO SANTOS	187,89
ESC. 260 - FAZ. SÃO DOMINGOS	SÃO BERNARDO	279,17
ESC. 263 - FAZ. ENXU	SÃO BERNARDO	5,99
ESC. 264 - FAZ. ENXU I	SÃO BERNARDO	12,52
ESC. 267 - FAZ. VERTENTE III	SANTANA DO MARANHÃO	104,66
ESC. 268 - FAZ. BOM JESUS	SANTANA DO MARANHÃO	493,98
ESC. 271 - FAZ. CACIMBINHA I	URBANO SANTOS	381,24
ESC. 275 - FAZ. IPÊ	SÃO BERNARDO	207,02
ESC. 277 SURRÃO	URBANO SANTOS	310,42
ESC. 279 - FAZ. CACIMBINHA	URBANO SANTOS	312,21
ESC. 280 - FAZ. CAPÃOZINHO	URBANO SANTOS	71,68
ESC. 281 - FAZ. SÃO PEDRO	URBANO SANTOS	251,86
ESC. 283 - FAZ. CAPÃO II	URBANO SANTOS	638,75
ESC. 284 - FAZ. ANGRA I	BREJO	252,53
ESC. 285 - FAZ. ANGRA	BREJO	72,77
ESC. 286 - FAZ. JACARANDÁ	MILAGRES DO MARANHÃO	48,88
ESC. 287 - FAZ. ÁGUA BRANCA IV	MILAGRES DO MARANHÃO	53,62
ESC. 288 - FAZ. MATA DA ONÇA	SÃO BERNARDO	187,52
ESC. 289 - FAZ. SÃO DOMINGOS I	SÃO BERNARDO	1.153,24
ESC. 297 - FAZ. ÁGUA BRANCA II	MILAGRES DO MARANHÃO	38,73
ESC. 298 - FAZ. TUTURUBÁ	MILAGRES DO MARANHÃO	165,36
ESC. 299 - FAZ. Facão III	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	55,26
ESC. 301 - FAZ. CENTRINHO	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	979,77

Imóvel	Município	Área total (ha)
ESC. 302 - FAZ. TUTURUBÁ I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	68,30
ESC. 307 - FAZ. SÃO FRANCISCO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	165,00
ESC. 308 - FAZ. MESQUITA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	105,02
ESC. 309 - FAZ. SANTO ANTÔNIO	SANTANA DO MARANHÃO	232,97
ESC. 310 - FAZ. TODOS OS SANTOS III	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	169,37
ESC. 314 - FAZ. MESQUITA II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	150,07
ESC. 315 - FAZ. SÃO JOSÉ	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	185,27
ESC. 316 - FAZ. BELO JARDIM	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	97,15
ESC. 321 - FAZ. SÃO FRANCISCO II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	216,15
ESC. 322 - FAZ. CAS	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	167,33
ESC. 323 - FAZ. SÃO DOMINGOS	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	151,46
ESC. 329 - FAZ. COCEIRA III	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	79,48
ESC. 332 - FAZ. ALVES	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	44,45
ESC. 333 - FAZ. CALDAS I	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	89,02
ESC. 334 - FAZ. LIBÉRIO.	SANTANA DO MARANHÃO	179,43
ESC. 335 - FAZ. MARTINS	SANTANA DO MARANHÃO	194,56
ESC. 336 - FAZ. ARAÚJO	SANTANA DO MARANHÃO	171,58
ESC. 337 - FAZ. CUNHA	SANTANA DO MARANHÃO	174,24
ESC. 338 - FAZ. VIEIRA I	SANTANA DO MARANHÃO	174,74
ESC. 339 - FAZ. LISBOA I	SANTANA DO MARANHÃO	205,85
ESC. 34 - FAZ. MARFLORA	BREJO	94,53
ESC. 340 - FAZ. SANTOS	SANTANA DO MARANHÃO	190,46
ESC. 341 - FAZ. MAGALHÃES	SANTANA DO MARANHÃO	157,71
ESC. 342 - FAZ. CARDOSO	SANTANA DO MARANHÃO	220,74
ESC. 343 - FAZ. CRISPIM	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	197,23
ESC. 344 - FAZ. SANTOS II	SANTANA DO MARANHÃO	174,84
ESC. 345 - FAZ. PEREIRA	SANTANA DO MARANHÃO	168,26
ESC. 346 - FAZ. GOMES	SANTANA DO MARANHÃO	173,23
ESC. 347 - FAZ. SILVA	SANTANA DO MARANHÃO	187,54
ESC. 348 - FAZ. NONATO	SANTANA DO MARANHÃO	144,26
ESC. 349 - FAZ. BARROS	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	191,49
ESC. 35 - FAZ. MARFLORA	BREJO	1.152,03
ESC. 353 - FAZ. MANGUEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	1.514,22
ESC. 357 - FAZ. COCALZINHO	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	1.417,23
ESC. 358 - FAZ. BENTIVI	MILAGRES DO MARANHÃO	157,49
ESC. 359 - FAZ. JIBÓIA	MILAGRES DO MARANHÃO	150,74
ESC. 36 - COND. MARFLORA	ANAPURUS	185,81
ESC. 363 - FAZ. SÃO DOMINGOS	ANAPURUS	196,71
ESC. 364 - FAZ. VITORINO	ANAPURUS	199,44
ESC. 365 - FAZ. SÃO CARLOS	ANAPURUS	185,04
ESC. 368 - FAZENDA ALVES	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	316,77
ESC. 37 - MARFLORA	BREJO	284,46
ESC. 38 - FAZ. MARFLORA	MILAGRES DO MARANHÃO	1.304,76
ESC. 39 - FAZ. MARFLORA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	89,08
ESC. 40 - FAZ. MARFLORA	BREJO	77,95
ESC. 42 - FAZ. MARFLORA	MILAGRES DO MARANHÃO	596,47
ESC. 43 - MARFLORA	MILAGRES DO MARANHÃO	90,83
ESC. 45 - FAZ. MARFLORA	BREJO	212,24
ESC. 46 - FAZ. SÃO SEBASTIÃO	ANAPURUS	63,31

Imóvel	Município	Área total (ha)
ESC. 47 - FAZ. MARFLORA	ANAPURUS	60,65
ESC. 64 - FAZ. MOSQUITO	ANAPURUS	147,03
ESC. 65 - FAZ. MARFLORA	MILAGRES DO MARANHÃO	226,17
ESC. 67 - FAZ. FACÃO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	55,60
ESC. 69 - FAZ. COCEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	538,90
ESC. 72 - FAZ. MARGUSA	MILAGRES DO MARANHÃO	50,19
ESC. 74 - FAZ. MARGUSA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	596,67
ESC. 77 - FAZ. FACÃO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	301,55
ESC. 78 - FAZ. MARGUSA	MILAGRES DO MARANHÃO	278,94
ESC. 81 - FAZ. FACÃO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	488,60
ESC. 83 - FAZ. FACÃO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	428,48
ESC. 84 - FAZ. FACÃO	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	483,07
ESC. 85 - FAZ. MARGUSA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	163,56
ESC. 86 - FAZ. MARGUSA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	1.101,67
ESC. 87 - FAZ. BAIXÃO I	MILAGRES DO MARANHÃO	71,31
ESC. 88 - FAZ. RBR	BREJO	1.012,94
ESC. 89 - FAZ. CAMPO LIMPO	MILAGRES DO MARANHÃO	236,53
ESC. 90 - FAZ. MARGUSA	ANAPURUS	196,50
ESC. 91 - FAZ. MARFLORA	BREJO	247,65
ESC. 93 - FAZ. MARFLORA	MILAGRES DO MARANHÃO	510,12
ESC. 94 - FAZ. BAIXÃO DA COCEIRA II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	183,93
ESC. 96 - FAZ. CAMPINEIRA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	217,15
ESC.14 - MUCURA III - P III	ANAPURUS	393,85
ESC.141 - L. DAS CARAIBAS II	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	118,88
ESC.155/156 - Baixão do Gonçalves	URBANO SANTOS	406,43
ESC.360/ 361/366 - COND. CONRADO	ANAPURUS	560,96
ESC.367 - COND. SÃO FRANCISCO	ANAPURUS	145,22
ESC.48/79 - COND. MARGUSA E MARGUSA	ANAPURUS	193,29
ESC.71/362 - COND. ARARAS	ANAPURUS	542,10
Estância Sipaúba Da Rocha	CODÓ	1.499,98
FAZ. PESQUISA	URBANO SANTOS	220,52
GUABIRABA I - SER	ANAPURUS	289,59
GUABIRABA II - SER	ANAPURUS	301,20
MARGUSA I	ANAPURUS	151,08
SANTA LUZIA - SER	CHAPADINHA	558,29
SANTA ROSA E MARÇAL	URBANO SANTOS	1.137,68
SANTO ANJO E RIACHÃO - SER	CHAPADINHA	12.234,85
SÃO CONRADO - SER	CHAPADINHA	769,21
USMI.PRATAA	MILAGRES DO MARANHÃO	694,70
USMI.PRATAB	MILAGRES DO MARANHÃO	100,06
USSQ.CAPÃOIII	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	47,57
USUS.C118	URBANO SANTOS	1.151,86
USUS.C119	URBANO SANTOS	842,38
USUS.C152	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	85,42
USUS.CENTROGRANDE	URBANO SANTOS	586,59
USUS.PROJETOV	URBANO SANTOS	3.587,00
TOTAL		320.759,10

Áreas certificadas a serem removidas do escopo da certificação em 2019

Imóvel	Município	Titulação	Área total (ha)	Área de plantio (ha)	Motivo
Alegria	Grajaú	Própria	797,60	360,30	Ativo destinado à venda
Boa Vista	Sítio Novo	Própria	1227,81	468,06	Ativo destinado à venda
Santa Luzia II	Sítio Novo	Própria	237,62	82,09	Ativo destinado à venda
Tapaciguara	Estreito	Própria	286,63	130,01	Ativo Vendido. Aguardando transferência.
Vertente Velha	Sítio Novo	Própria	327,52	142,16	Ativo destinado à venda
TOTAL			2877,18	1182,62	-

Áreas com excisão parcial – Fora do escopo de certificação

Imóvel	Município	Área total (ha)	Motivo
Boa Esperança	CIDELÂNDIA	26,92	Pesquisa
Boa Fé	CIDELÂNDIA	5,81	Viveiro
Boa Fé	CIDELÂNDIA	16,35	Pesquisa
Chapada Alegre II	DOM ELISEU	30,03	Pesquisa
Eldorado	IMPERATRIZ	3.297,79	Negociação INCRA
Jurema	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	2.278,08	Invasão
Jurema	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	59,06	Pesquisa
MAAB III	ANANÁS	59,29	Ocupação ilegal
Vitamina (Manoel)	ITINGA DO MARANHÃO	132,48	Pesquisa
Surpresa	Dom Eliseu	549,18	Uso do proprietário
TOTAL		6.455,00	-

8. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE DADOS

8.1 Informação Social

8.1.1 Dados dos colaboradores e registros de acidentes

Número de trabalhadores florestais (inclusive prestadores de serviço) atuando na floresta no escopo do certificado (diferenciar por gênero):	
trabalhadores homens (Próprios): 549 (ativos) 5 (estagiários)	trabalhadoras mulheres (Próprios): 47(ativos) 4 (estagiárias)
# trabalhadores Florestais (EPS): 3.325	
# Total de Trabalhadores Florestais: 3.930	
Taxa de frequência dos acidentes (*)	1,38
Taxa de gravidade dos acidentes (*)	10,0

(*) Resultados de 2018

8.1.2 Caracterização do contexto socioeconômico da UMF

Macrorregião Cidelândia - MA:

As áreas do EMF na macrorregião Cidelândia estão localizadas nos municípios de Açailândia, Bom Jardim, Bom Jesus das Selvas, Centro Novo do Maranhão, Santa Luzia, Itinga do Maranhão, João Lisboa, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, Governador Edson Lobão, Buritirana e Imperatriz, todos no estado do Maranhão.

Nessa macrorregião, entre 56% e 90,7% dos domicílios são abastecidos com água tratada, mas, a cobertura pela rede coletora de esgotos é heterogênea, variando entre 0,2% a 35,5%. Também, o sistema de coleta de lixo beneficia entre 41% e 91,9% dos domicílios (IMESC, 2010). A única distribuidora de energia do Maranhão é a CEMAR – Centrais Elétricas do Maranhão. Ela atende todos os municípios da região. Assim, o percentual de domicílios atendidos pela distribuição de energia elétrica em relação ao total de domicílios no município varia entre 91,4% a 99,6% (STCP, 2009).

Nessa macrorregião, a lavoura temporária é a atividade mais importante da agricultura regional e suas culturas principais são: arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar. Já os cultivos permanentes mais relevantes são banana, castanha de caju, limão e coco-da-baía (IBGE, 2013). No que se refere a extrativismo vegetal e silvicultura, a predominância da produção está no carvão vegetal, lenha, madeira, fruto de açaí e coco de babaçu. Há comunidades de quebradeiras de coco que realizam coleta de coco babaçu na UMF. Nesta regional também tem a terra indígena Arariboia, que sofre baixa influência da UMF.

O PIB da macrorregião Cidelândia alcançou R\$ 4.795.221 em 2011, sendo que os municípios de Açailândia e Imperatriz concentram 85,94% do valor total (IMESC, 2013).

Macrorregião Dom Eliseu - PA:

Nessa macrorregião, a UMF abrange os municípios de Dom Eliseu, Paragominas, Rondon do Pará e Ulianópolis. O município de Dom Eliseu, desmembrado de Paragominas, começou a ser ocupado na década de 60, durante a abertura da Rodovia BR 222, antiga PA 70. Em 1970, começou a funcionar a primeira indústria. A exploração de madeira cresceu rapidamente, e logo outras madeiras já haviam se instalado na região.

O território de Paragominas é uma das mais recentes unidades autônomas do estado do Pará, localizado na zona fisiográfica Guajarina. Com a implantação da rodovia BR-010 que liga Belém a Brasília passando por Paragominas, o desenvolvimento da atividade pecuária naquela localidade foi acelerado, e, em pouco tempo, tornou-se a base econômica municipal. Com a abertura da rodovia BR-222, em 1968, começaram a chegar a Rondon do Pará migrantes da região sul e sudeste. A população aumentou com a chegada de pessoas de outros estados que encontraram na região condições apropriadas para a implantação de projetos agropecuários e para a exploração do extrativismo vegetal. Hoje a economia gira em torno do setor agropecuário e comercial.

O nível de abastecimento de água apresenta realidades bastante variadas. A média regional de atendimento da população por rede de esgoto é de apenas 7,8% e, do percentual de esgoto coletado, apenas 2,4% é tratado.

Macrorregião Porto Franco (MA e TO):

A macrorregião Porto Franco abrange áreas do estado do Maranhão, nos municípios de Estreito, Grajaú, Riachão, São João do Paraíso, Feira Nova do Maranhão, Ribamar Fiquene, São Pedro dos Crentes, Sítio Novo e Porto Franco e no estado do Tocantins, nos municípios de Araguatins, Ananás, Darcinópolis, São Bento do Tocantins, Palmeiras do Tocantins e Angico.

Nesta região, há duas terras indígenas (Krikati, Apinayé e Fulni-ô) que estão contempladas nos estudos de impactos sociais do empreendimento. Em todos os municípios na área de influência da Suzano há assentamentos agrários.

A proximidade a centros urbanos como Araguaína e Colinas do Tocantins vem gerando oportunidades de trabalho para as populações locais, assim como a proximidade com o Complexo Industrial contribuem para a viabilidade econômica.

Sob o ponto de vista econômico e em relação às áreas para o plantio de florestas, aliado ao fato da disponibilidade de terras, um aspecto considerado importante é que em grande parte da região as áreas estão subutilizadas. A agricultura e a pecuária de subsistência são os principais usos da terra e observa-se grandes áreas do bioma de cerrados naturais degradados pelo uso indiscriminado e constante do fogo para o manejo e a expansão de pastagens.

8.2 Resumo anual do uso de pesticidas e de outros produtos químicos

Nome Comercial do pesticida / herbicida	Ingrediente Ativo	Quantidade aplicada anualmente (kg ou l)	Tamanho da área tratada anualmente (ha)	Consumo Específico (kg ou l/ha)	Razão de uso
Flumyzin	Flumioxazina	10.880,47	78.400,54	0,14	Herbicida
Flumyzin	Flumioxazina	3.386,57	20.413,69	0,17	Herbicida
Scout	Glifosato	278.736,32	144.801,20	1,92	Herbicida
Fordor	Isoxaflutole	12.356,63	72.350,46	0,17	Herbicida
Roundup Transorb	Glifosato	214.419,15	79.451,38	2,70	Herbicida
Solara	Sulfentrazone	16.440,00	14.426,31	1,14	Herbicida
Spotlight	Carfentrazone etílica	1.427,00	16.144,24	0,09	Herbicida
Dipel	Bacillus thuringiensis	2.654,20	2.873,21	0,92	Inseticida
Isca formicida	Sulfluramida	203.612,96	144.091,66	1,41	Inseticida
K-othrine	Deltametrina	2.147,90	20.721,84	0,10	Inseticida
Evidence	Imidacloprid	6.471,11	70.318,30	0,09	Inseticida
Óleo vegetal	óleo vegetal	39.054,35	17.819,19	2,19	Adjuvante
Óleo mineral	óleo mineral	47.650,96	45.521,61	1,05	Adjuvante
Esplanade	Indaziflam	135,80	1.204,84	0,11	Herbicida
Xequemate	Glifosato	220,00	122,48	1,80	Herbicida
Capture	Bifentrina	2.753,71	22.135,74	0,12	Inseticida
Missil	Haloxifope	1.068,01	2.564,25	0,42	Herbicida
Outliner	Fluroxipir-meptílico + Triclopir-butotílico	106,05	1.224,26	0,09	Herbicida
Mospilan	Acetamiprido	66,80	678,36	0,10	Inseticida
Sector	Triclopir-butolítico	140,00	105,88	1,32	Herbicida